LUPO S.A.

CNPJ 43.948.405/0001-69

Divulgação de Resultados - 4T2025

Araraquara-SP, 23 de março de 2026. A Lupo S.A. e suas controladas ("Grupo Lupo") divulgam seus resultados do quarto trimestre de 2025 (4T25).

DESTAQUES FINANCEIROS

- **+34,7%** em **Receita Líquida** da marca Lupo Sport em 2025 vs. 2024.
- **EBITDA Ajustado** de **R$ 187,0 milhões** em 2025, com **Margem Ajustada** de **11,8%.**
- **Lucro Líquido Ajustado** de **R$ 158,7 milhões** em 2025, com **Margem Líquida Ajustada** de **10,0%.**
- **R$ 85,2 milhões** de **Geração de Caixa Livre** em 2025.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 ficará registrado na história do Grupo Lupo como um ano decisivo, marcado por ações estratégicas que moldarão o futuro da companhia. Primeiramente, transferimos o setor produtivo de colantes da unidade de Araraquara-SP para a de Itabuna-BA. Em adição, iniciamos o projeto de expansão do setor produtivo de itens sem costura na planta de Araraquara-SP, a qual passará a abrigar também o setor de malharia, que será transferido da unidade de Maracanaú-CE. Por fim, inauguramos nossa primeira unidade fabril no exterior. Localizada no Paraguai, a fábrica é dedicada à produção de meias básicas e desempenhará um papel fundamental em nossa busca por eficiência de custos em um cenário de crescente competitividade. Destacamos ainda a entrada do Grupo na linha de tênis por meio do lançamento do Origem, um calçado casual conectado aos princípios de conforto, bem-estar e lifestyle. O Origem é uma resposta da Lupo em um mundo onde o público tem buscado cada vez mais propósito e conexão com o que consome, reforçando assim a marca como solução que vai além do produto e faz parte do dia a dia das pessoas. No âmbito financeiro, encerramos 2025 com receita líquida de R$ 1,6 bilhão, o que representou um aumento de 2,8% em relação ao ano anterior. Esse resultado foi impulsionado pela marca Lupo Sport, cuja receita líquida cresceu 34,7% frente a 2024, atingindo R$ 371,5 milhões. O lucro líquido ajustado, por sua vez, foi de R$ 158,7 milhões, com margem de 10,0%. Consideramos esse resultado positivo diante dos impactos temporários na eficiência produtiva decorrentes da reorganização industrial. Já a geração de caixa livre foi de R$ 85,2 milhões, ficando em patamar semelhante ao verificado em 2024 apesar dos maiores dispêndios com CAPEX e reforço dos estoques. Vivemos em um mundo em rápida transformação, onde os modelos que conduziram ao sucesso no passado já não oferecem garantias para o futuro. Nesse contexto, não há risco maior do que não perceber as mudanças em curso, ou não compreender sua direção. Diante disso, o Grupo Lupo traça sua trajetória rumo ao futuro buscando sempre o equilíbrio entre visão de longo prazo e execução consistente. Entramos em 2026 convictos de que estamos bem-posicionados para transformar incertezas em oportunidades e assegurar nossa relevância em um futuro cada vez menos previsível.

Liliana Aufiero
Diretora Presidente

PRINCIPAIS INDICADORES

(R$ milhões)	4T25	4T24	Var.	2025	2024	Var.
Destaques						
Receita operacional bruta	512,4	494,9	3,5%	1.882,8	1.855,4	1,5%
Receita operacional líquida	433,2	413,0	4,9%	1.589,9	1.546,5	2,8%
CPV	(290,9)	(290,3)	0,2%	(1.110,9)	(1.063,1)	4,5%
Lucro operacional bruto	142,3	122,7	15,9%	479,0	483,4	-0,9%
Margem bruta%	*32,8%*	*29,7%*	*3,1 p.p.*	*30,1%*	*31,3%*	*-1,1 p.p.*
EBITDA	89,7	54,7	64,2%	213,9	222,8	-4,0%
Margem EBITDA%	*20,7%*	*13,2%*	*7,5 p.p.*	*13,5%*	*14,4%*	*-1,0 p.p.*
EBITDA Ajustado	74,4	57,2	30,0%	187,0	225,4	-17,1%
Margem EBITDA Ajustado%	*17,2%*	*13,9%*	*3,3 p.p.*	*11,8%*	*14,6%*	*-2,8 p.p.*
Lucro Líquido	104,8	62,9	66,7%	176,5	173,4	1,8%
Margem Líquida%	*24,2%*	*15,2%*	*9,0 p.p.*	*11,1%*	*11,2%*	*-0,1 p.p.*
Lucro Líquido Ajustado	94,7	64,6	46,6%	158,7	175,1	-9,3%
Margem Líquida Ajustada%	*21,9%*	*15,6%*	*6,2 p.p.*	*10,0%*	*11,3%*	*-1,3 p.p.*
Indicadores						
Caixa Líquido¹	264,8	240,2	10,3%	264,8	240,2	10,3%
NOPAT²	158,5	148,9	6,5%	158,5	148,9	6,5%
Capital Empregado médio	1.230,3	1.143,3	7,6%	1.230,3	1.143,3	7,6%
ROIC%	*12,9%*	*13,0%*	*-0,1 p.p.*	*12,9%*	*13,0%*	*-0,1 p.p.*

¹ representa caixa e equivalentes de caixa, deduzidos de financiamentos.
² NOPAT (LTM): soma dos últimos 12 meses.

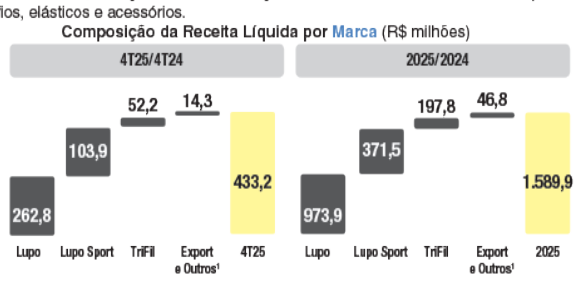
RECEITA LÍQUIDA POR MARCA

O Grupo Lupo apurou receita líquida de R$ 433,2 milhões no 4T25, fechando 2025 com um total de R$ 1,6 bilhão, um aumento de 2,8% em relação a 2024. Dentre as marcas, destacou-se a Lupo Sport, cuja receita líquida atingiu R$ 371,5 milhões em 2025, registrando um crescimento de 34,7% em relação ao ano anterior.

(R$ milhões)	4T25	4T24	Var.	2025	2024	Var.
Lupo	262,8	266,1	-1,2%	973,9	977,3	-0,3%
Lupo Sport	103,9	71,4	45,6%	371,5	275,7	34,7%
TriFil	52,2	56,9	-8,3%	197,8	236,3	-16,3%
Outras¹	7,5	10,8	-30,5%	27,6	33,1	-16,7%
Receita líquida mercado interno	426,5	405,2	5,2%	1.570,7	1.522,4	3,2%
Receita líquida mercado externo	6,7	7,8	-13,4%	19,2	24,2	-20,5%
Receita líquida total	**433,2**	**413,0**	**4,9%**	**1.589,9**	**1.546,5**	**2,8%**

¹ 2025: inclui Scala, serviços de industrialização e venda de malhas e de matérias-primas como fios, elásticos e acessórios.

Composição da Receita Líquida por Marca (R$ milhões)



	Lupo	Lupo Sport	TriFil	Export e Outros¹	4T25
%Part.	61%	24%	12%	3%	100%
%Cres.	-1,2%	45,6%	-8,3%	-23,4%	4,9%

	Lupo	Lupo Sport	TriFil	Export e Outros¹	2025
%Part.	61%	23%	12%	3%	100%
%Cres.	-0,3%	34,7%	-16,3%	-8,3%	2,8%

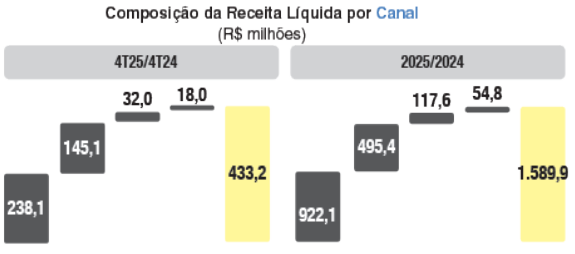
¹ Inclui Scala, serviços de industrialização e venda de malhas e de matérias-primas como fios, elásticos e acessórios.

RECEITA LÍQUIDA POR CANAL

O varejo multimarcas continuou sendo nosso principal canal de vendas em 2025, respondendo por 58% da receita líquida total. Nosso segundo maior canal, franquias e lojas próprias, foi o destaque do ano, atingindo receita líquida de R$ 495,4 milhões, o que correspondeu a um aumento de 8,6% em comparação ao ano anterior. Cabe sublinhar também o desempenho do e-commerce, cuja receita líquida aumentou R$ 8,9 milhões em 2025 vs. 2024, atingindo R$ 24,4 milhões. Seguimos confiantes no potencial de expansão desse canal.

(R$ milhões)	4T25	4T24	Var.	2025	2024	Var.
Varejo Multimarcas	238,1	232,2	2,5%	922,1	903,6	2,0%
Franquias e lojas próprias	145,1	129,6	12,0%	495,4	456,0	8,6%
Lojas de departamento	32,0	35,8	-10,7%	117,6	133,7	-12,0%
E-commerce	8,2	4,8	70,6%	24,4	15,5	57,5%
Private label	3,1	2,9	7,0%	11,1	13,5	-17,6%
Receita líquida mercado interno	426,5	405,2	5,2%	1.570,7	1.522,4	3,2%
Receita líquida mercado externo	6,7	7,8	-13,4%	19,2	24,2	-20,5%
Receita líquida total	**433,2**	**413,0**	**4,9%**	**1.589,9**	**1.546,5**	**2,8%**

Composição da Receita Líquida por Canal
(R$ milhões)



	Varejo	Franquia e Lj. Próprias	Lojas Depart.	E-commerce e Outros¹	4T25
%Part.	55%	33%	7%	4%	100%
%Cres.	2,5%	12,0%	-10,7%	16,5%	4,9%

	Varejo	Franquia e Lj. Próprias	Lojas Depart.	E-commerce e Outros¹	2025
%Part.	58%	31%	7%	3%	100%
%Cres.	2,0%	8,6%	-12,0%	3,0%	2,8%

¹ Inclui private label e mercado externo.

NOSSA CAPILARIDADE	34 mil	857	65	1.318
	Pontos de vendas	Franquias e Lojas Próprias	Varejo Qualificado (Lojas TriFil)	Espaços Especiais

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

Auferimos lucro bruto de R$ 479,0 milhões em 2025, em linha com o desempenho observado em 2024. A margem bruta, por sua vez, foi de 30,1%, uma redução de 1,1 p.p. vs. 2024. Esse resultado reflete a reorganização industrial implementada em 2025, que ocasionou uma redução temporária da eficiência produtiva.

(R$ milhões)	4T25	4T24	Var.	2025	2024	Var.
Receita Líquida	**433,2**	**413,0**	**4,9%**	**1.589,9**	**1.546,5**	**2,8%**
Matéria-prima, materiais de consumo e outros	(174,6)	(183,3)	-4,8%	(647,9)	(637,1)	1,7%
Despesas com pessoal	(96,7)	(88,1)	9,7%	(389,3)	(352,9)	10,3%
Depreciação e amortização	(11,9)	(10,7)	10,5%	(45,1)	(42,4)	6,5%
Energia elétrica	(7,8)	(8,1)	-4,1%	(28,6)	(30,7)	-6,9%
Total custos dos produtos vendidos	**(290,9)**	**(290,3)**	**0,2%**	**(1.110,9)**	**(1.063,1)**	**4,5%**
Lucro Bruto	**142,3**	**122,7**	**15,9%**	**479,0**	**483,4**	**-0,9%**
Margem bruta%	***32,8%***	***29,7%***	***3,1 p.p.***	***30,1%***	***31,3%***	***-1,1 p.p.***

DESPESAS DE VENDAS E ADMINISTRATIVAS

As despesas de vendas e administrativas (SG&A) corresponderam a 21,2% da receita líquida em 2025, resultando em um incremento de 1,2 p.p. em comparação aos 20,0% registrados em 2024. Contribuiu para esse resultado o aumento das despesas com pessoal, refletindo a reoneração da folha de pagamento e o maior número de lojas próprias.

(R$ milhões)	4T25	4T24	Var.	2025	2024	Var.
SG&A	**(81,6)**	**(81,7)**	**-0,1%**	**(337,4)**	**(309,8)**	**8,9%**
% receita líquida	***-18,8%***	***-19,8%***	***0,9 p.p.***	***-21,2%***	***-20,0%***	***-1,2 p.p.***
Pessoal	(26,5)	(26,6)	-0,4%	(110,0)	(95,3)	15,4%
Despesas comerciais	(20,7)	(22,4)	-7,6%	(91,0)	(88,4)	3,0%
Fretes e armazenagem	(16,9)	(17,1)	-0,9%	(65,2)	(65,7)	-0,8%
Prestação de serviços	(6,4)	(5,4)	19,5%	(26,1)	(20,6)	26,3%
Materiais	(3,5)	(3,7)	-7,0%	(14,7)	(14,7)	0,1%
Depreciações	(2,4)	(2,1)	13,2%	(9,4)	(7,4)	27,5%
Outras	(5,2)	(4,4)	18,7%	(21,0)	(17,7)	18,5%

EBITDA E MARGEM EBITDA

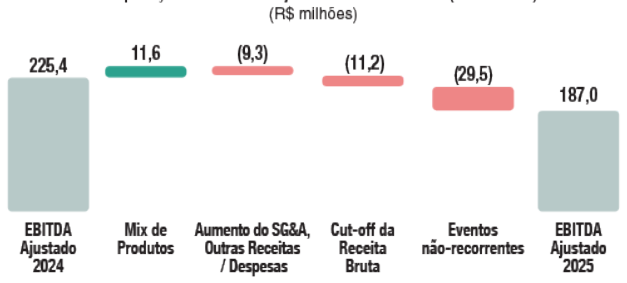
Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

O EBITDA ajustado em 2025 foi de R$ 187,0 milhões, com margem de 11,8%, 2,8 p.p. inferior à de 2024.

Reconciliação EBITDA (R$ milhões)	4T25	4T24	Var.	2025	2024	Var.
Lucro Líquido	**104,8**	**62,9**	**66,7%**	**176,5**	**173,4**	**1,8%**
(+/–) Despesas com IR e CS	(21,4)	(14,7)	45,6%	2,2	22,9	-90,3%
(+/–) Financeiras líquidas	(7,9)	(6,4)	24,6%	(19,3)	(23,1)	-16,2%
(+) Depreciação e amortização	14,3	12,9	10,9%	54,5	49,7	9,6%
(=) EBITDA	**89,7**	**54,7**	**64,2%**	**213,9**	**222,8**	**-4,0%**
Margem EBITDA %	**20,7%**	**13,2%**	**7,5 p.p.**	**13,5%**	**14,4%**	**-1,0 p.p.**
Reversão de provisão de processos tributários¹	(16,9)	–	(16,9)	(30,0)	–	(30,0)
Reversão de provisão de processo cível²	–	–	–	(3,0)	–	(3,0)
Reversão de provisão de processo de precatório³	–	–	–	0,4	–	0,4
Reversão de despesas com reestruturação de pessoal	1,5	2,6	(1,1)	5,7	2,6	3,1
(=) EBITDA Ajustado	**74,4**	**57,2**	**30,0%**	**187,0**	**225,4**	**-17,1%**
Margem EBITDA ajustado %	**17,2%**	**13,9%**	**3,3 p.p.**	**11,8%**	**14,6%**	**-2,8 p.p.**

¹ Inclui: i) Recuperação de PIS-COFINS; ii) Processo 15746.720885/2022-34 relativo a Auto de Infração Previdenciário - Recuperação de PIS/COFINS. Cobrança de contribuição adicional do RAT (Risco Ambiental do Trabalho) para financiamento da aposentadoria especial e divergências/insuficiência de recolhimento da CPRB - ambos referentes ao exercício de 2018; iii) Processo 0010916-95.2010.4.03.6120, relativo a aproveitamento de créditos de PIS/COFINS; e iv) habilitação de crédito de IRPJ-CSLL e PIS-COFINS incidentes sobre juros de mora de obrigações contratuais (juros recebidos de clientes), através do processo administrativo 13032.554095/2025-18. ² Referente ao Processo Eletrobras nº 0037078-72.2005.4.01.3400, em que parte do recurso foi transitado em julgado. ³ Referente ao Processo 0005639-09.2007.4.03.6119 - Precatório. Crédito judicial decorrente do ICMS na base do PIS e COFINS relativo aos Vendedores da Scalina Ltda. O EBITDA permite melhor compreensão não apenas sobre o desempenho financeiro, como sobre a capacidade da Companhia para cumprir com as obrigações passivas e para obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Composição do EBITDA Ajustado 2025 vs. 2024 (Pro Forma)
(R$ milhões)



LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

O lucro líquido ajustado foi de R$ 158,7 milhões em 2025, refletindo uma redução de 9,3% em relação a 2024. Esse resultado traduziu-se em uma margem líquida ajustada de 10,0%, 1,3 p.p. inferior à do ano anterior.

(R$ milhões)	4T25	4T24	Var.	2025	2024	Var.
Lucro Líquido	**104,8**	**62,9**	**66,7%**	**176,5**	**173,4**	**1,8%**
Margem líquida %	***24,2%***	***15,2%***	***9,0 p.p.***	***11,1%***	***11,2%***	***-0,1 p.p.***
Reversão de provisão de processos tributários	(11,1)	–	(11,1)	(19,8)	–	(19,8)
Reversão de provisão de processo cível	–	–	–	(2,0)	–	(2,0)
Reversão de provisão de processo de precatório	–	–	–	0,3	–	0,3
Reversão de despesas com reestruturação de pessoal	1,0	1,7	(0,7)	3,8	1,7	2,1
Lucro Líquido Ajustado	**94,7**	**64,6**	**46,6%**	**158,7**	**175,1**	**-9,3%**
Margem líquida ajustada %	***21,9%***	***15,6%***	***6,2 p.p.***	***10,0%***	***11,3%***	***-1,3 p.p.***

GERAÇÃO DE CAIXA LIVRE

A geração de caixa livre foi de R$ 85,2 milhões em 2025, ficando em patamar semelhante ao verificado no ano anterior. Destaca-se que esse resultado foi obtido a despeito dos maiores investimentos e dispêndios com estoques e SG&A.

(R$ milhões)	2025	2024	Var.
EBITDA	213,9	222,8	(8,9)
Itens não caixa e impostos	(28,3)	(22,8)	(5,6)
Itens não caixa¹	6,1	6,9	(0,8)
IR e CS corrente e diferido	2,2	22,9	(20,6)
IR e CS corrente pago	(36,6)	(52,5)	15,9
Investimentos em capital de giro	(35,7)	(75,0)	39,3
Contas a receber de clientes	(8,4)	(91,9)	83,5
Estoques	(53,5)	(27,6)	(25,9)
Impostos a recuperar	(11,3)	2,6	(13,9)
Fornecedores e salários	10,2	21,2	(11,0)
Outros	27,4	20,7	6,7
CapEx	(64,7)	(38,6)	(26,1)
Geração de Caixa Livre	**85,2**	**86,5**	**(1,2)**

¹ Considera-se provisões para contingência, perdas com clientes, obsolescência de estoques e baixa de ativos fixos.

CAIXA LÍQUIDO

O caixa líquido encerrou 2025 em R$ 264,8 milhões, um aumento de R$ 24,6 milhões em relação a 2024.

(R$ milhões)	2025	2024	Var.
Empréstimos e financiamentos (circulante)	3,4	12,5	(9,2)
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	47,9	53,9	(6,0)
Dívida Bruta	51,2	66,4	(15,2)
Caixa e equivalentes de caixa	316,1	306,6	9,5
Caixa Líquido	**264,8**	**240,2**	**24,6**

REDES DE LOJAS

Em 2025, apuramos um total de R$ 595,5 milhões em sell-in, um aumento de 10,1% vs. 2024. Entre as bandeiras, destacou-se a Lupo Sport, com um sell-in de R$ 42,0 milhões em 2025, 32,4% superior ao apurado no ano anterior.

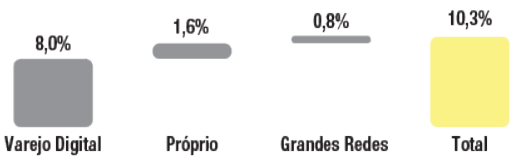
(R$ milhões)	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita Bruta Total (sell-in)	**151,6**	**135,9**	**11,5%**	**595,5**	**540,6**	**10,1%**
Lojas Lupo	133,1	115,2	15,5%	516,2	460,1	12,2%
Lojas Lupo Sport	11,7	8,0	45,8%	42,0	31,7	32,4%
Lojas Scala	4,2	7,9	-46,4%	18,7	25,7	-27,3%
Lojas Trifil	2,6	4,8	-46,6%	18,7	23,1	-19,2%
Receita Bruta Total (sell-out)	**373,0**	**393,7**	**-5,3%**	**1.401,7**	**1.282,2**	**9,3%**
Lojas Lupo	325,3	348,5	-6,7%	1.240,3	1.133,6	9,4%
Lojas Lupo Sport	30,1	24,8	21,8%	97,3	78,6	23,8%
Lojas Scala e Lojas Trifil	17,5	20,5	-14,2%	64,1	70,0	-8,4%

Encerramos 2025 com 922 lojas em nossas redes. Entre as bandeiras, o destaque foi a Lupo Sport, cuja rede teve expansão de quatro lojas em relação a 2024, atingindo 51 unidades em operação.

Número de Lojas	4T25	4T24	Var.	2025	2024	Var.
Total de Lojas	**7**	**7**	**–**	**922**	**940**	**(18)**
Lojas Lupo	3	8	(5)	759	761	(2)
Lojas Lupo Sport	2	2	–	51	47	4
Lojas Scala	–	(1)	1	45	54	(9)
Lojas Trifil	2	(2)	4	67	78	(11)

E-COMMERCE

Vendas no E-commerce 2025
% sobre a receita bruta



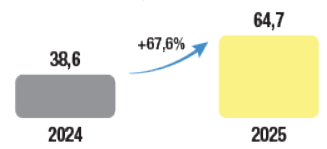
PRESENTE nos maiores **E-COMMERCE** do brasil

PDV MÓVEL implantado em **774 LOJAS**

OMNICHANNEL implantado em mais de **90% DAS FRANQUIAS**

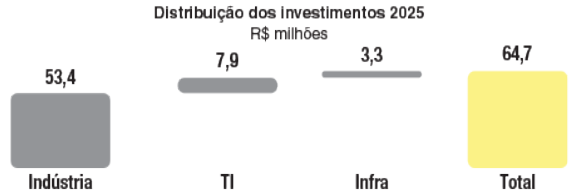
INVESTIMENTOS

Investimentos 2025 vs. 2024
R$ milhões



+350 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS EM 2025, INCLUINDO: 185 PARA TECELAGEM, 125 PARA COSTURA, 23 PARA SELAMENTO, 13 PARA ACABAMENTO/ESTAMPARIA.

Distribuição dos investimentos 2025
R$ milhões



IMPLANTAÇÃO SISTEMA ERP SAP S/4HANA
2025 - R$ 3,7 MILHÕES
INVESTIMENTO TOTAL ACUMULADO - R$ 5,4 MILHÕES

SUSTENTABILIDADE - ESG

Iniciamos a primeira edição do Projeto Luporama: um circuito criado para compartilhar informação e conscientização com os nossos colaboradores. Para inaugurar a iniciativa, trouxemos o tema Outubro Rosa, reforçando a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama – um assunto essencial, especialmente em nossa realidade, onde 77% do quadro de funcionários é composto por mulheres. O Luporama reafirma o nosso compromisso com a promoção da informação, da saúde e do bem-estar no cotidiano de nossa equipe.

BALANÇO PATRIMONIAL

(R$ milhões)	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	316,1	306,6
Contas a receber de clientes	373,7	377,5
Estoques	407,2	357,0
Adiantamento a fornecedores	27,7	23,0
IR/CS a recuperar	41,6	35,1
Impostos a recuperar	55,0	13,6
Outras contas a receber	16,8	10,4
Total do ativo circulante	**1.238,0**	**1.123,2**
Contas a receber de clientes	0,5	0,7
Impostos a recuperar	3,6	45,2
Depósitos judiciais	6,5	7,4
Ativo fiscal diferido	18,0	13,0
Investimentos	0,1	0,1
Imobilizado	412,2	410,4
Intangível	103,3	98,1
Total do ativo não circulante	**544,3**	**574,9**
Total do ativo	**1.782,3**	**1.698,1**
Fornecedores	71,8	66,3
Empréstimos e financiamentos	3,4	12,5
Salários e férias a pagar	37,5	32,8
IR/CS a recolher	0,2	0,6
Impostos e contribuições a recolher	17,4	26,3
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	41,6	51,0
Outras contas a pagar	21,8	5,4
Passivo de arrendamentos	24,4	26,7
Total do passivo circulante	**218,2**	**221,8**
Empréstimos e financiamentos	47,9	53,9
Impostos e contribuições a recolher	0,1	0,3
Dividendos a pagar	29,3	0,0
Passivo fiscal diferido	42,7	36,4
Provisões para contingências	4,3	18,5
Outras contas a pagar	2,3	12,2
Passivo de arrendamentos	51,3	70,4
Total do passivo não circulante	**177,9**	**191,6**
Capital social	1.157,5	1.035,5
Ajuste de avaliação patrimonial	112,8	102,8
Reservas de lucros	116,0	146,3
Total do patrimônio líquido	**1.386,2**	**1.284,7**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.782,3**	**1.698,1**

continua →

D4Sign 72ce67bb-03c8-42d8-a550-b9acd3152756 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Lupo S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(R$ milhões)	4T25	4T24	2025	2024
Receita operacional bruta	512,4	494,9	1.882,8	1.855,4
Impostos sobre vendas	(79,2)	(81,9)	(292,9)	(308,9)
Receita operacional líquida	**433,2**	**413,0**	**1.589,9**	**1.546,5**
Custos dos produtos vendidos	(290,9)	(290,3)	(1.110,9)	(1.063,1)
Lucro operacional bruto	**142,3**	**122,7**	**479,0**	**483,4**
Despesas com vendas	(56,8)	(58,3)	(235,3)	(221,7)
Despesas administrativas e gerais	(24,7)	(23,4)	(102,1)	(88,1)
Reversão (perdas) esperadas com créditos	(2,3)	(0,9)	(8,3)	(4,5)
Outras receitas operacionais	19,0	(0,7)	50,2	19,6
Outras despesas operacionais	(1,9)	2,4	(24,2)	(15,6)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**75,5**	**41,8**	**159,4**	**173,1**
Receitas financeiras	14,0	14,0	46,1	45,0
Despesas financeiras	(6,1)	(7,7)	(26,8)	(21,9)
Resultado antes dos impostos	**83,4**	**48,2**	**178,7**	**196,2**
IR/CS corrente	28,6	25,4	(0,9)	(24,2)
IR/CS diferido	(7,3)	(10,8)	(1,3)	1,4
Lucro (prejuízo) do exercício	**104,8**	**62,9**	**176,5**	**173,4**

FLUXO DE CAIXA

(R$ milhões)	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício	**176,5**	**173,4**
Depreciação e amortização	54,5	49,7
Provisões para contingências	(14,2)	4,4
IR/CS corrente e diferido	2,2	22,9
Variação monetária, cambial e juros	7,3	12,5
Provisão para perdas de crédito esperadas (PDD)	8,3	4,5
Provisão para perdas de estoques	3,4	(6,1)
Custo do ativo imobilizado e intangível baixado	8,6	4,1
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(8,4)	(91,9)
Estoques	(53,5)	(27,6)
Adiantamento a fornecedores	(4,7)	(12,9)
Impostos a recuperar	(11,3)	2,6
Outras contas a receber	(6,4)	(2,4)
Depósitos judiciais	1,0	(1,7)
Fornecedores	5,5	25,8
Salários e férias a pagar	4,7	(4,6)
Impostos e contribuições a recolher	31,1	29,0
Outras contas a pagar	6,4	8,7
IR/CS pagos	(36,6)	(52,5)
Juros pagos	(12,4)	(13,0)
Fluxo de caixa operacional	**162,0**	**124,8**
Aquisição de imobilizado	(60,6)	(35,7)
Aquisição de intangível	(4,1)	(2,9)

(R$ milhões)	2025	2024
Fluxo de caixa investimento	**(64,7)**	**(38,6)**
Pagamento de principal de arrendamento	(25,8)	(23,5)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(51,0)	(49,0)
Pagamento de financiamentos e empréstimos	(11,1)	(12,3)
Fluxo de caixa financiamentos	**(87,8)**	**(84,8)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1° janeiro	306,6	305,2
Fluxo de caixa operacional	162,0	124,8
Fluxo de caixa investimento	(64,7)	(38,6)
Fluxo de caixa financiamentos	(87,8)	(84,8)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**316,1**	**306,6**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais do Grupo Lupo referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025, bem como as de períodos e anos anteriores, estão disponíveis no website: https://ri.lupo.com.br/.

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia preserva a independência de seus auditores. Os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foram auditados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. Em adição, a Companhia recebeu serviços de assessoria tributária da KPMG Assessores Ltda. nesses exercícios.

Carlos Alberto Mazzeu
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: ri@lupo.com.br Website: ri.lupo.com.br
Telefone: +55 16 3508 4290 Celular: +55 16 99364 1236

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicada)*

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Caixa e equivalentes de caixa	9	316.071	306.611	243.526	263.875
Contas a receber de clientes	10	373.695	377.463	257.393	266.201
Estoques	11	407.197	357.049	199.195	167.695
Adiantamento a fornecedores	12	27.689	22.963	17.466	18.987
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	41.594	35.062	32.001	27.027
Impostos a recuperar	13	54.981	13.637	38.280	12.543
Outras contas a receber		16.791	10.367	22.036	16.024
Total do ativo circulante		1.238.018	1.123.152	809.897	772.352
Contas a receber de clientes	10	548	688	–	9
Impostos a recuperar	13	3.600	45.203	3.598	1.584
Depósitos judiciais	24	6.491	7.449	507	720
Ativo fiscal diferido	14	17.984	12.979	–	–
Total do realizável a longo prazo		28.623	66.319	4.105	2.313
Investimentos	15	142	142	529.001	500.692
Imobilizado	16	412.235	410.365	303.615	299.940
Intangível	17	103.318	98.113	9.200	3.780
		515.695	508.620	841.816	804.412
Total do ativo não circulante		544.318	574.939	845.921	806.725
Total do ativo		1.782.336	1.698.091	1.655.818	1.579.077

Passivo	Nota	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Fornecedores	19	71.814	66.318	30.151	45.965
Empréstimos e financiamentos	20	3.368	12.537	3.368	12.537
Passivo de arrendamentos	18	24.402	26.721	16.711	20.010
Salários e férias a pagar	21	37.490	32.802	24.498	22.042
Impostos e contribuições a recolher	22	17.414	26.338	9.817	19.663
Imposto de renda e contribuição social a recolher		249	626	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	26	41.600	51.000	41.600	51.000
Outras contas a pagar		21.830	5.438	19.963	3.938
Total do passivo circulante		218.167	221.780	146.108	175.155
Empréstimos e financiamentos	20	47.871	53.873	47.871	53.873
Passivo de arrendamentos	18	51.283	70.420	684	16.174
Impostos e contribuições a recolher	22	138	278	–	–
Dividendos a pagar	26	29.288	–	29.288	–
Provisão para perda em investimentos		–	–	681	–
Passivo fiscal diferido	14	42.692	36.356	42.692	36.356
Provisões para contingências	24	4.318	18.504	–	12.851
Outras contas a pagar		2.335	12.212	2.250	–
Total do passivo não circulante		177.925	191.643	123.466	119.254
Total do passivo		396.092	413.423	269.574	294.409
Patrimônio líquido	26				
Capital social		1.157.453	1.035.544	1.157.453	1.035.544
Ajuste de avaliação patrimonial		112.799	102.833	112.799	102.833
Reserva legal		8.850	8.700	8.850	8.700
Reserva para investimento		107.142	137.591	107.142	137.591
Total do patrimônio líquido		1.386.244	1.284.668	1.386.244	1.284.668
Total do passivo e patrimônio líquido		1.782.336	1.698.091	1.655.818	1.579.077

Demonstrações de Resultados

	Nota	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Receita operacional líquida	27	1.589.920	1.546.501	1.139.350	1.120.879
Custos dos produtos vendidos	28	(1.110.911)	(1.063.085)	(799.178)	(792.431)
Lucro bruto		479.009	483.416	340.172	328.448
Outras receitas (despesas) operacionais					
Vendas	29	(235.261)	(221.709)	(149.203)	(145.714)
Administrativas e gerais	30	(102.106)	(88.094)	(74.809)	(65.033)
Perdas esperadas com créditos	10	(8.299)	(4.479)	(3.751)	(2.137)
Outras receitas operacionais	31	50.230	19.581	45.095	12.691
Outras despesas operacionais	31	(24.178)	(15.591)	(19.155)	(9.580)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial e impostos		159.395	173.124	138.349	118.675
Receitas financeiras	32	46.127	45.019	33.883	38.415
Despesas financeiras	32	(26.779)	(21.918)	(17.045)	(13.031)
Financeiras líquidas		19.348	23.101	16.838	25.384
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos	15	–	–	27.665	49.551
Resultado antes dos impostos		178.743	196.225	182.852	193.610
Imposto de renda e contribuição social:					
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14	(896)	(24.231)	–	(15.734)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	14	(1.331)	1.368	(6.336)	(4.514)
Lucro líquido do exercício		176.516	173.362	176.516	173.362
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		176.516	173.362	176.516	173.362
		176.516	173.362	176.516	173.362
Resultado por ação	26	0,8933	0,8774	0,8933	0,8774

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas: Reserva legal	Reservas: Reserva de incentivos fiscais	Reservas: Reserva para investimento	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores
Saldos em 1° de janeiro de 2024	892.331	107.358	8.623	73.850	93.035	–	1.175.197
Aumento de capital	143.213	–	(8.623)	(73.850)	(60.740)	–	–
Realização do custo atribuído	–	(634)	–	–	–	634	–
Outros resultados abrangentes							
Ganho com *hedge* de fluxo de caixa	–	(3.901)	–	–	–	–	(3.901)
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	–	10	–	–	–	–	10
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	173.362	173.362
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	–	–	8.700	–	–	(8.700)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(60.000)	(60.000)
Reserva para investimentos	–	–	–	–	105.296	(105.296)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.035.544	102.833	8.700	–	137.591	–	1.284.668
Saldos em 1° de janeiro de 2025	1.035.544	102.833	8.700	–	137.591	–	1.284.668
Aumento de capital	40.995	–	(8.700)	–	(32.295)		–
Realização do custo atribuído	–	(488)	–	–	–	488	–
Outros resultados abrangentes							
Perda com *hedge* de fluxo de caixa	–	2.471	–	–	–	–	2.471
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	–	(73)	–	–	–	–	(73)
Ajuste a valor presente - dividendos a pagar	–	8.056	–	–	–	–	8.056
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	176.516	176.516
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	–	–	8.850	–	–	(8.850)	–
Aumento de capital	80.914	–	–	–	–	(80.914)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(43.000)	(43.000)
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(5.489)	(5.489)
Dividendos adicionais	–	–	–	–	–	(36.905)	(36.905)
Reserva para investimentos	–	–	–	–	1.846	(1.846)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.157.453	112.799	8.850	–	107.142	–	1.386.244

Demonstrações de Resultados Abrangentes

	Consolidado/Controladora 2025	Consolidado/Controladora 2024
Lucro líquido do exercício	176.516	173.362
Outros resultados abrangentes		
Ganho (Perda) com *hedge* de fluxo de caixa	2.471	(3.901)
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(73)	10
Resultado abrangente total	178.914	169.471

Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA)

	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Receitas	1.894.989	1.853.766	1.372.728	1.350.892
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.882.827	1.855.389	1.361.204	1.350.526
Reversão (Perdas) esperadas com créditos	(8.299)	(4.479)	(3.751)	(2.137)
Outras receitas	20.461	2.856	15.275	2.503
Insumos adquiridos de terceiros	(891.630)	(886.484)	(663.646)	(672.040)
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(636.890)	(647.623)	(504.154)	(518.808)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(290.769)	(290.662)	(177.438)	(180.951)
Perda/Recuperação de valores ativos	36.029	51.801	17.946	27.719
Valor adicionado bruto	1.003.359	967.282	709.082	678.852
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(54.805)	(50.701)	(39.542)	(36.675)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	948.554	916.581	669.540	642.177
Valor adicionado recebido em transferência	46.127	45.019	61.548	87.966
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	27.665	49.551
Receitas financeiras	46.127	45.019	33.883	38.415

	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Valor adicionado total a distribuir	994.681	961.600	731.088	730.143
Distribuição do valor adicionado	994.681	961.600	731.088	730.143
Pessoal	486.358	431.081	305.366	290.023
Remuneração direta	370.464	322.532	232.273	219.189
Benefícios	87.111	81.948	53.403	52.312
FGTS	28.783	26.601	19.690	18.522
Impostos, taxas e contribuições	300.014	331.777	230.339	251.764
Federais	186.077	223.345	147.053	164.183
Estaduais	112.648	107.348	82.870	87.180
Municipais	1.289	1.084	416	401
Remuneração de Capitais de Terceiros	31.793	25.380	18.867	14.994
Juros	11.689	12.005	6.585	6.853
Aluguéis	6.374	4.787	2.533	2.469
Outras	13.730	8.588	9.749	5.672
Remuneração de Capitais Próprios	176.516	173.362	176.516	173.362
Juros sobre o Capital Próprio	43.000	60.000	43.000	60.000
Lucro retido no exercício	133.516	113.362	133.516	113.362

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	Nota	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		176.516	173.362	176.516	173.362
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		54.513	49.719	39.376	35.053
Provisões para contingências		(14.186)	4.357	(12.851)	5.195
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	14	2.227	22.863	6.336	20.248
Variação monetária, cambial e juros		7.325	12.506	4.199	8.450
Provisão para perdas estimadas de liquidação duvidosa	10	8.299	4.479	3.751	2.137
Provisão para perdas de estoques		3.391	(6.072)	3.280	(3.887)
Custo do ativo imobilizado e intangível baixado	16 e 17	8.559	4.096	7.728	801
Equivalência patrimonial	15	–	–	(27.665)	(49.551)
		246.644	**265.310**	**200.670**	**191.808**
Variações em:					
Contas a receber de clientes		(8.413)	(91.891)	1.044	(42.756)
Estoques		(53.451)	(27.601)	(36.472)	(5.705)
Adiantamento a fornecedores		(4.726)	(12.916)	1.521	(12.860)
Impostos a recuperar		(11.347)	2.590	(37.779)	(8.537)
Outras contas a receber		(6.424)	(2.396)	(6.012)	9.362
Depósitos judiciais		958	(1.657)	213	(346)
Fornecedores		5.496	25.829	(15.814)	13.290
Salários e férias a pagar		4.688	(4.613)	2.456	(4.350)
Impostos e contribuições a recolher		31.102	28.958	21.470	26.249
Outras contas a pagar		6.442	8.682	18.275	(22.246)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		210.969	190.295	149.572	143.909
Imposto de renda e contribuição social pagos		(36.622)	(52.493)	(27.377)	(36.907)
Juros pagos		(12.386)	(12.986)	(9.873)	(10.379)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		161.961	124.816	112.322	96.623
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	16	(60.577)	(35.702)	(49.323)	(26.403)
Aquisição de intangível	17	(4.093)	(2.895)	(3.787)	(1.394)
Investimentos em aquisições	15	–	–	(36)	(262)
Adiantamento futuro aumento capital	15	–	–	–	(29.102)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(64.670)	(38.597)	(53.146)	(57.161)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de principal de arrendamento	18	(25.754)	(23.480)	(17.448)	(16.184)
Pagamento de juros sobre capital próprio		(51.000)	(49.045)	(51.000)	(49.045)
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	20	(11.077)	(12.322)	(11.077)	(12.322)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(87.831)	(84.847)	(79.525)	(77.551)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalente de caixa		9.460	1.372	(20.349)	(38.089)
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro		306.611	305.239	263.875	301.964
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		316.071	306.611	243.526	263.875
		9.460	1.372	(20.349)	(38.089)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Lupo S.A. ("Companhia") é uma entidade privada domiciliada no Brasil. O endereço do escritório da Companhia é na rodovia Washington Luís, km 276,5, localizado no bairro Recreio Campestre Idanorma, na cidade de Araraquara, São Paulo. As demonstrações financeiras individuais compreendem a Companhia (Controladora), e as demonstrações financeiras consolidadas compreendem a Companhia e suas controladas (designados conjuntamente como "Companhia e suas controladas" e/ou "Grupo"). A Companhia e suas controladas têm por objeto a industrialização e comércio de meias, malharias e confecções têxteis em geral conforme descrito para cada uma das subsidiárias na Nota Explicativa n° 2. Com participação acionária pulverizada, a Companhia não possui controlador final. O controle da Companhia ocorre mediante o exercício de direitos previstos em acordo assinado por acionistas representando 74,42% das ações. **2. Controladas da Companhia:** As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme segue:

	Participação acionária 2025	Participação acionária 2024
Controladas diretas		
Scalina Ltda.	100,00%	100,00%
Lupo Têxtil, Unipessoal LDA	100,00%	100,00%
Leporis S.A.	99,00%	–
Controladas indiretas		
Lupo Nordeste Ltda.	100,00%	100,00%
Lupo Lojas Ltda.	100,00%	100,00%

Scalina Ltda.: Adquirida em novembro de 2016, a sede social da controlada está localizada na Avenida Papa João Paulo I, 5.163, Guarulhos, SP. A Scalina Ltda. tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção. **Lupo Têxtil, Unipessoal Lda (anteriormente denominada Vestlupo Portugal, Unipessoal Lda):** Criada em julho de 2024, a sede da Lupo Têxtil Unipessoal LDA, está localizada na Praceta Henrique Moreira 244, Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto, em Portugal. A controlada tem como atividade preponderante o comércio de artigos de vestuário e seus acessórios em geral, incluindo exportação e importação desses. Conforme ato societário realizado em maio de 2025, a Companhia alterou sua razão social de Vestlupo Portugal, Unipessoal LDA para Lupo Têxtil, Unipessoal LDA. **Leporis S.A.:** Adquirida em janeiro de 2025, a sede social da Leporis S.A. está localizada na Ruta Internacional Py 02 KM 13, Acaray, Ciudade del Este, no Paraguai. A controlada tem como atividade preponderante a fabricação e confecção de produtos de vestuário, exceto vestuário de couro e pele. **Lupo Nordeste Ltda.:** Criada em 27 de junho de 1997, a sede social da Lupo Nordeste Ltda. está localizada na Avenida Ibicaraí, 4.530, Itabuna, BA. A controlada tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção. **Lupo Lojas Ltda. (anteriormente denominada Scala Comércio de Roupas e Acessórios Ltda.):** Criada em 12 de março de 2010, a sede social da controlada está localizada na Rua Gonçalves Dias, 543, Araraquara, SP. A controlada tem como atividade preponderante o comércio de artigos de vestuário e seus acessórios em geral. Conforme ato societário realizado em agosto de 2024, a Companhia alterou sua razão social de Scala Comércio de Roupas e Acessórios Ltda., para Lupo Lojas Ltda. **3. Base de preparação e declaração de conformidade: a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia elaborou Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") de acordo com as normas do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras em BRGAAP aplicáveis às companhias abertas, enquanto no IFRS representam informações financeiras complementares em formação. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa 5. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas na Nota explicativa 8.

continua

D4Sign 72ce67bb-03c8-42d8-a550-b9acd3152756 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Lupo S.A.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 20 de março de 2026. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão incluídas na nota explicativa: • Nota explicativa nº 18: o prazo dos arrendamentos foi mensurado de acordo com a expectativa razoável da administração da sua manutenção, exercendo a opção de prorrogação. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 10:** Análise econômica para fins de mensuração da provisão e redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes. • **Nota Explicativa nº 11:** Análise para fins de determinação da suficiência da provisão para perdas em estoque. • **Nota Explicativa nº 14:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. • **Nota Explicativa nº 17:** Teste de redução ao valor recuperável do ágio e ativos correlatos da unidade geradora de caixa (UGC): principais premissas em relação aos valores recuperáveis. • **Nota Explicativa nº 18:** Taxa de desconto para mensuração inicial do direito de uso e do passivo de arrendamento. • **Nota Explicativa nº 24:** Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A administração da Companhia e suas controladas revisa todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 (premissa para ativo e passivo que não são baseados em observáveis de mercado) e reportes diretamente para a Diretoria Financeira. Reavaliando regularmente os dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então as evidências obtidas de terceiros são analisadas, para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras consolidadas e individuais em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: • **Nota Explicativa nº 25:** Instrumentos financeiros. **6. Mudança nas principais políticas contábeis:** A Companhia e suas controladas não tiveram quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. **7. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia e suas controladas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **8. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Segmento operacional:** A Companhia e suas controladas possuem apenas um segmento operacional, definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia e suas controladas estão organizadas, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores: (i) não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda; (ii) as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda; e (iii) as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal. Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Lupo, Lupo Sport, TriFil e Scala) e canais (Multimarca, Franquias, Lojas de Departamento, Private Label e E-commerce) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada. **b. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela Companhia ou indiretamente por meio de suas controladas. O controle é alcançado quando a Empresa tem: (i) poder sobre a investida; (ii) exposição, ou direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de usar seu poder sobre sua investida para afetar seus retornos. A consolidação de uma subsidiária começa quando a Companhia obtém o controle da subsidiária e cessa quando a Companhia perde o controle da controlada. ***Combinações de negócio:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução a valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. ***Controladas:*** As demonstrações financeiras individuais das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. ***Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:*** Os investimentos da Companhia nas demonstrações financeiras individuais são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. ***Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intragrupo, bem como quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Perdas não realizadas, se houver, são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **c. Receita de contrato com cliente:** ***Venda de produtos:*** O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Esta norma estabelece critérios que visam identificar se contabilização da receita foi satisfeita e correspondem aos seguintes aspectos: (i) identificar o contrato com o cliente; (ii) identificar das obrigações de desempenho estabelecido no contrato; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de desempenho. As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando as obrigações de performances forem concluídas. As receitas do Grupo são oriundas principalmente da venda de itens produzidos, como meias masculinas, femininas e infantis, cuecas, meias-calças, lingeries, roupas esportivas, pijamas, blusas/camisetas. O Grupo atua na indústria de produtos têxteis, e seus produtos são comercializados de distintas maneiras (vendas diretas a grandes magazines, franqueados, lojas físicas e vendas online). Para as vendas a grandes magazines, franqueados e loja online, são formalizados contratos estabelecendo as condições de preços e descontos, e a distribuição das vendas ocorre de acordo com a necessidade e/ou pedidos realizados pelos clientes, para abastecimento de seus estoques, a Companhia e suas controladas, são responsáveis pelo custo do frete, seguro e transporte da mercadoria até o destinatário, contratos de distribuição são firmados, com transportadoras previamente selecionadas e aprovadas, que passam a ter total responsabilidade pela mercadoria a partir da retirada da fábrica, o Grupo reconhece a venda no momento em que a mercadoria é entregue ao destinatário. Nas vendas realizadas em lojas físicas não franqueadas, onde o consumidor final seleciona a mercadoria e os preços e descontos são informados por meio de consulta aos funcionários da respectiva unidade ou obtidos nos locais de exposição da mercadoria, os principais meios de pagamento são à vista, por cartão ou parcelado. Nesta última modalidade, a prática normalmente utilizada pela empresa é o parcelamento de no mínimo 30 e no máximo 180 dias, com algumas exceções contratuais. Os descontos e juros nas operações a prazo são bastante pulverizados, levando em consideração cada operação comercial com o respectivo contrato. A transferência de controle ocorre quando a entrega é feita diretamente ao consumidor final nos pontos de venda. Os ativos e passivos monetários são ajustados ao seu valor presente no registro da transação, tendo em consideração os fluxos de caixa contratuais, os juros explícitos e, em certos casos, implícitos sobre os respetivos ativos e passivos e as taxas de mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados no resultado por meio da utilização da taxa efetiva de juros do método das taxas em relação aos fluxos de caixa contratuais. Para as vendas a prazo, o contas a receber deve ser mensurado a valor presente considerando o prazo e o diferencial entre as taxas de juros de mercado e as implícitas nos contratos de compra e venda. O Grupo avaliou todas as vendas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal, e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Além disso, as receitas são reconhecidas líquidas de descontos comerciais e devoluções, que são efetuadas de forma simples, pelos correios ou presencialmente nas lojas físicas. O Grupo exporta para 23 países por meio de canais de distribuição, lojas exclusivas e *e-commerce*. Todas as exportações são realizadas com *incoterm FOB* (*Free on Board*) e a receita é reconhecida após o recebimento do "Conhecimento de Embarque" no momento do embarque. Os recebimentos dos clientes são feitos antecipadamente e parceladamente por meio de transferência bancária. O contas a receber de clientes em dólares é utilizado para a realização de *hedge accounting* como forma de proteção cambial. As vendas no site próprio tiveram início em 2019; até então eram terceirizadas. As vendas são realizadas por meio da plataforma VETEX (*Front end*), onde o cliente acessa as opções de produtos e finaliza a compra, com opções de pagamento por boleto ou cartão (à vista ou parcelado). Os pedidos são captados pelo nosso centro de logística, que separa os produtos, emite a nota fiscal e despacha os itens. A contabilização da venda é realizada automaticamente no sistema integrado SAP quando a receita é reconhecida de acordo com os prazos fixados no momento da venda. ***Receitas de vendas de mercadorias a franqueados:*** As receitas de vendas de mercadorias aos franqueados são reconhecidas no momento em que a obrigação de performance é cumprida, que compreende a transferência da mercadoria ao franqueado. As provisões são baixadas quando o litígio é finalizado e os valores não são mais recuperáveis. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem empréstimos, líquidas de desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável *(impairment)* reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **e. Transação em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pela taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. **f. Benefícios a empregados:** ***(i) Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e se essa obrigação puder ser estimada de maneira confiável. **g. Subvenção governamental:** As seguintes subvenções são reconhecidas no resultado ao longo do exercício e confrontadas com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, uma vez que forem atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07/IAS 20 - Subvenções e Assistências Governamentais. ***(i) Crédito outorgado do ICMS - Lupo S.A.:*** A Companhia e sua controlada utilizam crédito outorgado de ICMS nas operações internas com produtos têxteis, conforme previsto no Art. 41 do Anexo III do RICMS/SP. Esse incentivo é registrado no resultado na rubrica impostos "Impostos incidentes sobre vendas". Até 2023, era segregado no patrimônio líquido como Reserva de Incentivos Fiscais, além de não compor as bases de IRPJ e CSLL. Com a vigência da Lei nº 14.789/2023, a partir de 2024 as receitas de incentivos fiscais passaram a integrar as bases de IRPJ e CSLL e deixou de existir a obrigatoriedade de constituir reserva no patrimônio líquido. Em novembro de 2025, com base no Mandado de Segurança nº 5001698-21.2024.4.03.6102 e no entendimento consolidado pelo STJ (EREsp 1.517.492 e Tema 1.182), firmou-se que o crédito outorgado de ICMS não deve compor as bases de IRPJ e CSLL. Assim, a Companhia deixou de tributar essas receitas, mantendo a decisão de não constituir reserva de incentivo no patrimônio líquido. ***(ii) Incentivo Fiscal PROBAHIA - Lupo Nordeste Ltda. (Filial Itabuna):*** A Companhia é beneficiária do Programa de Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, instituído pela Lei nº 7.025/1997 e regulamentado pelo Decreto nº 6.734/1997, que concede incentivos fiscais como crédito presumido e diferimento de ICMS para projetos industriais aprovados pelo Conselho Deliberativo do programa. O benefício aplicável à Companhia foi aprovado conforme a Resolução CD-PROBAHIA nº 17/2014, permitindo a utilização de crédito presumido de ICMS sobre operações de saída, condicionado ao cumprimento de requisitos como apresentação do projeto, regularidade fiscal e execução dos investimentos previstos, conforme regras gerais do programa e exigências do Conselho Deliberativo. O crédito presumido é contabilizado resultado na rubrica "Impostos incidentes sobre vendas" e segue a mesma linha do crédito outorgado do ICMS, detalhado acima. ***(iii) Diferimento do ICMS (FDI/CE - PROADE) - Lupo Nordeste Ltda. (Filial Pacatuba):*** A controlada Lupo Nordeste Ltda. é beneficiária de incentivo fiscal no âmbito do FDI/CE - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ, instituído pela Lei Estadual nº 10.367/1979 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 34.508/2022, enquadrada no PROADE - Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos, com benefício aprovado pela Resolução CONDEC - Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará nº 206/2022, consistente em diferimento de 88% do ICMS próprio e do ICMS sobre importações de bens do ativo permanente, com pagamento apenas na desincorporação dos bens. O benefício é válido de outubro de 2022 a outubro de 2032, condicionado ao cumprimento das metas e contrapartidas previstas na resolução citada. O diferimento do ICMS é contabilizado no resultado na rubrica "Impostos incidentes sobre vendas", com a vigência da Lei nº 14.789/2023, a partir de 2024 as receitas de incentivos fiscais passaram a integrar as bases de IRPJ e CSLL e deixou de existir a obrigatoriedade de constituir reserva no patrimônio líquido. ***(iv) Diferimento do ICMS (FDI/CE - PROVIN) - Scalina Ltda.:*** A controlada Scalina Ltda. é beneficiária de incentivo fiscal no âmbito do FDI/CE - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ, instituído pela Lei Estadual nº 10.367/1979 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 34.508/2022, enquadrada no PROVIN - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial, tendo o benefício formalizado pelo Termo de Acordo CONDEC nº 001/2024. O benefício consiste em diferimento de 65% do ICMS incidente sobre operações de produção própria, com vigência de abril de 2024 a dezembro de 2032, condicionado ao cumprimento das metas e contrapartidas previstas no Termo. O diferimento do ICMS é contabilizado no resultado na rubrica "Impostos incidentes sobre vendas", com a vigência da Lei nº 14.789/2023, a partir de 2024 as receitas de incentivos fiscais passaram a integrar as bases de IRPJ e CSLL e deixou de existir a obrigatoriedade de constituir reserva de incentivo no patrimônio líquido. ***(v) Inovação tecnológica:*** A subvenção que visa compensar a Companhia por despesas incorridas corresponde a 60% destas despesas, e é reconhecida no resultado pela parcela correspondente ao imposto de renda e à contribuição social, e que não excederá o lucro tributável do exercício. **h. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **i. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **j. Contas a receber de clientes e outros créditos:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. As provisões para perda de crédito esperada com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). **k. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseada na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **l. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e gerar as condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos sejam auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas, equipamentos e instalações	12 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	6 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Edifícios e outros	25 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	34 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **m. Ativos intangíveis e ágio:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** • *Ágio*: é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. • *Outros ativos intangíveis*: os outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. ***(ii) Amortização:*** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **n. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido,

continua

D4Sign 72ce67bb-03c8-42d8-a550-b9acd3152756 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

→ continuação

incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *Reforma da taxa de juros:* Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia e suas controladas atualizam a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas: • a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e • a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia e suas controladas atualizam primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia e suas controladas aplicam as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:*** A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio. No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. *Hedges de fluxo de caixa:* Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*"forward points"*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado. **o. Capital Social:** A Companhia possui somente ações ordinárias classificadas no seu patrimônio líquido compondo seu capital social. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. ***Recompra de ações (ações em tesouraria):*** Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido (reserva de capital), e o excedente ou o déficit resultante é transferido para lucros acumulados ou capital social através de integralização aprovada pelos acionistas. **p. Redução ao valor recuperável** ***(impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos:*** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • ativos de contrato. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:* A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **q. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **r. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia e suas controladas, avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A avaliação é realizada seguindo os seguintes critérios: i) se o contrato prevê a transferência do direito de controlar o uso do ativo identificado, estando explícito ou implícito; ii) se a Companhia e suas controladas tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante a vigência do contrato; e iii) se a Companhia e suas controladas possuem todo o direito de direcionar o uso do ativo ora arrendado, ou seja, se ela tem autonomia para tomada de decisão com a finalidade de alteração de como e para qual finalidade o seu uso. Com base nessas avaliações a Companhia e suas controladas reconhecem o ativo de direito de uso (arrendamento), como direito de usufruir de tal ativo arrendado, em contrapartida reconhece um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de realizar pagamentos a título de arrendamentos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo a Companhia ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que a companhia exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil dele, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Para os arrendamentos com prazo inferior a doze meses, a Companhia avalia se o valor é representativo, e caso não seja, não é reconhecido com ativo de direito de uso e passivo de arrendamento. A medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia e suas controladas reavaliam o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa. **s. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** As novas normas e interpretações emitidas, relacionadas abaixo serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2027. A Companhia e suas controladas, não as adotaram antecipadamente, na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ***(i) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:*** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. ***(ii) Outras Normas Contábeis:*** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

9. Caixa e equivalentes de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	163	95	11	14
Saldo bancário	43.589	41.525	42.457	40.034
Aplicação financeira	272.319	264.991	201.058	223.827
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	316.071	306.611	243.526	263.875

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 99% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2025 (99,5% a 105% em 2024), tendo como contraparte bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros. A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 25. **10. Contas a receber de clientes:**

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Contas a receber - no país		361.122	361.453	200.753	195.396
Contas a receber - no exterior		13.456	14.901	11.033	13.669
Contas a receber - partes relacionadas	23	13.110	7.060	51.772	59.668
Menos:					
Provisão para redução do valor recuperável		(13.445)	(5.263)	(6.165)	(2.523)
		374.243	378.151	257.393	266.210
Ativo circulante		373.695	377.463	257.393	266.201
Ativo não circulante		548	688	–	9

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito relacionados a contas a receber de clientes e outros créditos é divulgada na Nota Explicativa nº 25. As mudanças na provisão para perda de crédito esperada durante o período estão apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	(5.263)	(13.197)	(2.523)	(3.691)
Reconhecimento de perda esperada	(8.299)	(4.479)	(3.751)	(2.137)
Baixa de perda esperada	117	12.413	109	3.305
	(13.445)	(5.263)	(6.165)	(2.523)

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é divulgada na Nota Explicativa nº 25.

11. Estoques:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	207.770	166.379	104.209	75.634
Produtos em elaboração	27.244	20.791	15.001	12.972
Matérias primas e materiais de consumo	172.183	169.879	79.985	79.089
	407.197	357.049	199.195	167.695

Os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R$ 13.302 (R$ 12.072 em 2024) no consolidado, sendo R$ 8.543 de matérias primas e R$ 4.759 de produtos acabados (R$ 10.837 e R$ 1.235 respectivamente em 2024), e R$ 6.259 (R$ 5.140 em 2024) na controladora, sendo R$ 3.454 de matérias primas e R$ 2.805 de produtos acabados (R$ 4.286 e R$ 854 respectivamente em 2024) reconhecidos como custo. Na determinação do valor realizável líquido dos estoques, a Companhia considerou uma perda por obsolescência para itens de estoque sem movimentação há mais de treze meses. Em 31 de dezembro de 2025, matérias-primas, materiais de consumo e alterações em produtos acabados e estoques em processo, reconhecidos nos custos de venda no consolidado totalizaram R$ 1.110.911 (R$ 1.063.085 em 2024) e na controladora, totalizaram R$ 799.178 (R$ 792.431 em 2024). **12. Adiantamento a fornecedores:**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento a fornecedores - No país	9.170	5.544	4.325	4.445
Adiantamento a fornecedores - No exterior	18.519	17.419	11.525	14.542
Adiantamento a fornecedores - No exterior - Coligada	–	–	1.616	–
	27.689	22.963	17.466	18.987

A Companhia e suas controladas, no fluxo normal de suas transações, adquirem contratos para aquisição de produtos e prestação de serviços. Em 2025, a Companhia e suas controladas realizaram adiantamentos pontuais para garantir algumas condições comerciais. Todas estas transações foram com terceiros não havendo transações com partes relacionadas. **13. Impostos a recuperar:**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) (b)	17.044	3.441	15.279	3.337
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	2.220	2.002	1.167	1.156
Programa de Integração Social (PIS) (a)	6.660	1.445	3.873	1.436
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	27.470	6.654	17.961	6.614
Outros	1.587	95	–	–
	54.981	13.637	38.280	12.543
Não Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) (b)	3.600	1.585	3.598	1.584
Programa de Integração Social (PIS) (a)	–	8.558	–	–
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	–	35.060	–	–
	3.600	45.203	3.598	1.584

(a) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é composto basicamente: i) montante remanescente, após atualizações e compensações, de PIS e COFINS, da controlada Lupo Nordeste Ltda., gerado pela exclusão do ICMS de sua base de cálculo, no valor de R$ 12.274 (R$ 31.405 em 2024); ii) habilitação de crédito PIS-COFINS incidentes sobre juros de mora de obrigações contratuais (juros recebidos de clientes), conforme descrito na Nota Explicativa nº 31; iii) reconhecimento de créditos de PIS e COFINS, sobre as despesas pagas com direitos autorais e royalties, conforme descrito na Nota Explicativa nº 31. (b) O aumento no saldo de ICMS, refere-se a compra de créditos de ICMS já fiscalizados e liberados pela SEFAZ no e-CredAc, através do programa da Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo (SEFAZ-SP) - ProAtivo, realizado pela controladora. **14. Imposto de renda e contribuição social: (i) Imposto de renda e contribuição social a recuperar:** Decorrente de saldo credor de imposto de renda e contribuição social a recuperar em exercícios seguintes.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Contribuição social a recuperar	11.059	9.169	8.574	7.091
Imposto de renda a recuperar	30.535	25.893	23.427	19.936
	41.594	35.062	32.001	27.027

(ii) Ativos e passivos fiscais diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados substancialmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência; e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
Provisão para perda dos estoques	4.415	4.105	2.863	1.748
Provisão para perdas de créditos esperadas	4.572	1.789	2.096	858
Provisões para demandas judiciais	1.865	7.298	368	4.369
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	6	6	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	10.762	4.615	7.246	6.155
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	10.495	10.495	–	–
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	1.385	–	–	–
Mais valia aquisição de investimentos	–	522	–	–
Total do Ativo	33.500	28.830	12.579	13.136
Passivos				
Provisão sobre o custo atribuído	(725)	(976)	(725)	(976)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(47.562)	(42.750)	(47.562)	(42.750)
Provisão sobre crédito de PIS/Cofins	–	(4.847)	–	–
Mais valia aquisição investimentos	(607)	(1.334)	(595)	(1.188)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	(388)	–	(388)	–
Vendas em trânsito - Reversão Custos e Tributos	(8.926)	(2.300)	(6.001)	(4.578)
Total do Passivo	(58.208)	(52.207)	(55.271)	(49.492)
Impostos diferidos líquido	(24.708)	(23.377)	(42.692)	(36.356)
Total apresentado no ativo não circulante	17.984	12.979	–	–
Total apresentado no passivo não circulante	42.692	36.356	42.692	36.356

(iii) Movimentação das diferenças temporárias durante o período:

						Consolidado
	01 de janeiro de 2024	Reconhecidos no patrimônio líquido do período	Reconhecidos no resultado do período	2024	Reconhecidos no resultado do exercício	2025
Ativos						
Provisão para perda dos estoques	6.169	–	(2.064)	4.105	310	4.415
Provisão para perdas de créditos esperadas	4.479	–	(2.690)	1.789	2.783	4.572
Provisões para demandas judiciais	4.810	–	2.488	7.298	(5.433)	1.865
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	–	–	6	–	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	8.590	–	(3.975)	4.615	6.147	10.762
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	7.176	–	3.319	10.495	–	10.495
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	–	–	–	–	1.385	1.385
Mais valia aquisição de investimentos	1.044	–	(522)	522	(522)	–
Total do Ativo	32.274	–	(3.444)	28.830	4.670	33.500
Passivos						
Provisão sobre o custo atribuído	(1.298)	–	322	(976)	251	(725)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(38.987)	–	(3.763)	(42.750)	(4.812)	(47.562)
Saldo de valor justo por aquisição de controlada	(3.752)	1.886	1.866	–	–	–
Provisão sobre crédito de PIS/Cofins	(8.954)	–	4.107	(4.847)	4.847	–
Mais valia aquisição investimentos	–	–	(1.334)	(1.334)	727	(607)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	–	–	–	–	(388)	(388)
Vendas em trânsito - Reversão Custos e Tributos	(5.914)	–	3.614	(2.300)	(6.626)	(8.926)
Total do Passivo	(58.905)	1.886	4.812	(52.207)	(6.001)	(58.208)
Impostos diferidos líquido	(26.631)	1.886	1.368	(23.377)	(1.331)	(24.708)

continua →

D4Sign 72ce67bb-03c8-42d8-a550-b9acd3152756 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Lupo S.A.

				Controladora	
	01 de janeiro de 2024	Reconhecidos no resultado do exercício	2024	Reconhecidos no resultado do exercício	2025
Ativos					
Provisão para perda dos estoques	3.069	(1.321)	1.748	1.115	2.863
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.257	(399)	858	1.238	2.096
Provisões para demandas judiciais	2.603	1.766	4.369	(4.001)	368
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	–	6	–	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	4.070	2.085	6.155	1.091	7.246
Total do Ativo	11.005	2.131	13.136	(557)	12.579
Passivos					
Provisão sobre o custo atribuído	(1.297)	321	(976)	251	(725)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(38.708)	(4.042)	(42.750)	(4.812)	(47.562)
Mais valia aquisição investimentos	–	(1.188)	(1.188)	593	(595)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	–	–	–	(388)	(388)
Vendas em trânsito - Reversão Custos e Tributos	(2.842)	(1.736)	(4.578)	(1.423)	(6.001)
Total do Passivo	(42.847)	(6.645)	(49.492)	(5.779)	(55.271)
Impostos diferidos líquido	(31.842)	(4.514)	(36.356)	(6.336)	(42.692)

A Administração da Companhia e suas controladas reconhecem o imposto de renda diferido com base nas seguintes premissas: • 100% impostos diferidos ativos e passivos sobre diferenças temporárias; • Em situações em que perdas recentes indicam que um lucro tributável futuro é incerto, os impostos diferidos ativos não são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis em excesso aos impostos diferidos passivos registrados sobre as diferenças temporárias tributáveis, e também não é reconhecido nenhum ativo sobre prejuízos fiscais acumulados não utilizados. **(iv) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:** A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	178.743	196.225	182.852	193.610
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(60.773)	(66.717)	(62.170)	(65.827)
(–) Deduções de juros sobre o capital próprio	14.620	20.400	14.620	20.400
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	9.406	16.847
Adições/exclusões permanentes:				
Crédito outorgado e redução da base de cálculo do ICMS (a)	29.241	–	17.813	
Inovação tecnológica (b)	6.924	10.809	5.190	7.589
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa reconhecidos (c)	–	6.797	–	–
Utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	401	437	–	–
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa não reconhecidos	(4.175)	–	–	–
Benefício fiscal - Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	27	741	–	493
Reconhecimento/realização de IR/CS diferidos sobre mais-valia de ativos adquiridos	727	300	593	(1.188)
Créditos extemporâneos (d)	6.695	–	6.695	–
Doações incentivadas	–	850	–	533
Amortização ágio	2.573	2.573	–	–
Outras adições e exclusões	1.513	947	1.517	905
	(2.227)	(22.863)	(6.336)	(20.248)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(896)	(24.231)	–	(15.734)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.331)	1.368	(6.336)	(4.514)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(2.227)	(22.863)	(6.336)	(20.248)
Alíquota efetiva	1,25%	11,65%	3,47%	10,46%

(a) Refere-se ao benefício fiscal do crédito outorgado de ICMS tratado como subvenção governamental, excluído da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, com base na legislação atual e entendimento firmado no EREsp nº 1.517.492, reafirmado no acórdão proferido pelo STJ no tema nº 1.182, além da sentença proferida no Mandado de Segurança nº 5001698-21.2024.4.03.6102. (b) A partir do ano-calendário de 2006, a pessoa jurídica pode excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% (sessenta por cento) da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesa pela legislação do IRPJ, na forma do inciso I do *caput* do art. 17 desta Lei nº 11.196/05. Em 30 de setembro de 2015, a Medida Provisória nº 694 prevê a suspensão, no ano-calendário de 2016, dos benefícios fiscais concedidos pela Lei nº 11.196/05 às atividades de pesquisa e desenvolvimento. (c) Refere-se a crédito de imposto de renda e contribuição social, de sua controlada Lupo Nordeste, apurados sobre prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores, reconhecidos no ano corrente, em função da controlada passar a apresentar perspectiva de lucro tributável futuro. (d) Refere-se a parcela tributável do montante reconhecido como créditos extemporâneos descritos na Nota Explicativa nº 31. **(v) Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social:** As controladas Scalina Ltda., Lupo Nordeste Ltda. e Lupo Lojas Ltda. possuem prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social não reconhecidos, no montante de R$ 341.098 (R$ 331.644 em 2024), sem limite prescricional. A Companhia reconhece o ativo fiscal diferido de acordo com a expectativa de sua realização, através de projeções de lucros futuros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está reconhecido o montante de R$ 10.495, constituído sobre a base de R$ 30.868.

15. Investimentos: a. Composição dos saldos:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Outros investimentos	142	142	142	142
Participação em empresas controladas	–	–	528.178	500.550
	142	142	528.320	500.692
Ativo Não Circulante - Investimento	142	142	529.001	500.692
Passivo Não Circulante - Provisão para perda em investimentos	–	–	(681)	–

b. Movimentação dos saldos - Controlada:

	Scalina Ltda. Consolidada		Lupo Têxtil Unipessoal LDA		Leporis S.A.	
	2025	2024	2025	2024	2025	
Ações/quotas possuídas	512.339.874	512.339.874	1	1	99	
Capital social	581.973	581.973	59	59	39	
Ativo	651.725	648.278	792	1.137	7.585	
Passivo	175.845	200.714	1.412	1.130	7.646	
Patrimônio líquido	475.880	447.564	(620)	7	(61)	
Receita líquida	733.079	775.478	266	81	895	
Despesas e custos	(708.882)	(723.047)	(829)	(336)	(973)	
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	4.119	(2.615)	–	–	(10)	
Resultado do exercício	28.316	49.816	(563)	(255)	(88)	
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%	99%	Total
Valor contábil do investimento no início do exercício	**500.543**	**427.514**	**7**	–	–	**500.550**
Resultado da equivalência patrimonial	28.316	49.816	(563)	(255)	(88)	27.665
Investimento no final do período	**528.859**	**477.330**	**(556)**	**(255)**	**(88)**	**528.215**
Adiantamento para futuro aumento de capital (*)	–	29.102	–	203	–	–
Integralização de capital	–	–	–	59	–	–
Aquisição de investimento	–	–	–	–	36	36
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	–	–	(64)	–	(9)	(73)
Reclassificação para Ativo Imobilizado: mais-valia na aquisição	–	(5.889)	–	–	–	–
Valor contábil do investimento no final do período	**528.859**	**500.543**	**(620)**	**7**	**(61)**	**528.178**

(*) O montante de R$ 29.102, refere-se aos aportes enviados a controlada em 2024, e foram incorporados ao capital social da Scalina Ltda. em 1º de julho de 2024.

16. Imobilizado:

											Consolidado
	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Bens em construção	Edifícios	Adiantamento a fornecedor	Direito de uso (IFRS16)	Total
Custo e custo atribuído:											
Saldo em 01 de janeiro de 2024	69	461.865	26.417	2.076	147	99.432	14.146	26.669	1.749	151.045	783.615
Adições	–	19.173	1.157	49	1.106	–	9.332	–	4.885	8.570	44.272
Transferência - mais-valia	–	(13.338)	–	–	–	–	–	–	–	–	(13.338)
Reclassificação do Ativo Imobilizado: mais-valia na aquisição	–	5.889	–	–	–	–	–	–	–	–	5.889
Alienações	–	(10.095)	–	(8)	–	–	–	–	–	–	(10.103)
Transferências	–	5.046	(11.645)	–	11.649	4.196	(5.466)	–	(3.780)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	69	468.540	15.929	2.117	12.902	103.628	18.012	26.669	2.854	159.615	810.335
Adições	–	41.907	1.014	3	410	98	7.158	–	9.987	5.701	66.278
Reclassificação do Ativo Imobilizado para Ativo Intangível	–	–	–	–	–	–	(5.227)	–	–	–	(5.227)
Alienações	–	(10.981)	–	–	–	–	(5.891)	–	(458)	(136)	(17.466)
Transferências	–	14.194	–	–	–	6.889	(8.715)	–	(12.368)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	69	513.660	16.943	2.120	13.312	110.615	5.337	26.669	15	165.180	853.920
Depreciação:											
Saldo em 01 de janeiro de 2024	–	(267.290)	(18.321)	(1.763)	(21)	(14.864)	–	(20.427)	–	(47.761)	(370.447)
Depreciação do exercício	–	(20.570)	(804)	(88)	(1.059)	(1.494)	–	(1.066)	–	(23.478)	(48.559)
Amortização mais-valia	–	10.129	–	–	–	–	–	–	–	–	10.129
Alienações	–	8.899	–	8	–	–	–	–	–	–	8.907
Transferências	–	133	8.701	–	(8.834)	(1.572)	–	1.572	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–	(268.699)	(10.424)	(1.843)	(9.914)	(17.930)	–	(19.921)	–	(71.239)	(399.970)
Depreciação do exercício	–	(19.815)	(914)	(85)	(1.088)	(1.757)	–	(1.067)	–	(25.754)	(50.480)
Amortização mais-valia	–	(210)	–	–	–	–	–	–	–	–	(210)
Alienações	–	8.861	–	–	–	–	–	–	–	114	8.975
Saldo em 31 de dezembro de 2025	–	(279.863)	(11.338)	(1.928)	(11.002)	(19.687)	–	(20.988)	–	(96.879)	(441.685)
Valor líquido contábil:											
Saldo residual em 31/12/2024	69	199.841	5.505	274	2.988	85.698	18.012	6.748	2.854	88.376	410.365
Saldo residual em 31/12/2025	69	233.797	5.605	192	2.310	90.928	5.337	5.681	15	68.301	412.235

									Controladora
	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Bens em construção	Adiantamento a fornecedor	Direito de uso (IFRS16)	Total
Custo e custo atribuído:									
Saldo em 01 de janeiro de 2024	305.811	16.947	827	–	99.433	12.505	1.279	85.971	522.773
Adições	12.432	316	49	1.095	–	7.746	4.765	2.828	29.231
Reclassificação do Ativo Imobilizado: mais-valia na aquisição	5.889	–	–	–	–	–	–	–	5.889
Alienações	(5.506)	–	(8)	–	–	–	–	–	(5.514)
Transferências	3.190	(7.567)	–	7.567	4.196	(4.196)	(3.190)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	321.816	9.696	868	8.662	103.629	16.055	2.854	88.799	552.379
Adições	33.007	612	3	291	86	5.795	9.529	1.397	50.720
Reclassificação do Ativo Imobilizado para Ativo Intangível	–	–	–	–	–	(5.227)	–	–	(5.227)
Alienações	(8.609)	–	–	–	–	(5.891)	–	–	(14.500)
Transferências	12.420	–	–	–	6.889	(6.941)	(12.368)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	358.634	10.308	871	8.953	110.604	3.791	15	90.196	583.372
Depreciação:									
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(154.030)	(11.575)	(672)	–	(14.864)	–	–	(42.314)	(223.455)
Depreciação do exercício	(12.143)	(476)	(48)	(960)	(1.494)	–	–	(16.182)	(31.303)
Amortização mais-valia	(2.394)	–	–	–	–	–	–	–	(2.394)
Alienações	4.705	–	8	–	–	–	–	–	4.713
Transferências	–	5.338	–	(5.338)	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(163.862)	(6.713)	(712)	(6.298)	(16.358)	–	–	(58.496)	(252.439)
Depreciação do exercício	(11.596)	(537)	(43)	(963)	(1.757)	–	–	(17.448)	(32.344)
Amortização mais-valia	(1.746)	–	–	–	–	–	–	–	(1.746)
Alienações	6.772	–	–	–	–	–	–	–	6.772
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(170.432)	(7.250)	(755)	(7.261)	(18.115)	–	–	(75.944)	(279.757)
Valor líquido contábil:									
Saldo residual em 31/12/2024	157.954	2.983	156	2.364	87.271	16.055	2.854	30.303	299.940
Saldo residual em 31/12/2025	188.202	3.058	116	1.692	92.489	3.791	15	14.252	303.615

Garantia: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia propriedades sujeitas a fiança registrada para garantir empréstimos bancários. **Valor recuperável do ativo imobilizado:** Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

17. Intangível:

					Consolidado
	Sistemas de informática	Outros bens e direitos	Ágio na aquisição de controlada	Sistemas de informática em andamento	Total
Custo:					
Saldo em 01 de janeiro de 2024	47.284	1.666	91.085	–	140.035
Adições	1.396	1.499	–	–	2.895
Baixas	(3.869)	–	–	–	(3.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	44.811	3.165	91.085	–	139.061
Adições	2.701	282	–	1.110	4.093
Reclassificação do Ativo Imobilizado para Ativo Intangível	–	–	–	5.227	5.227
Transferências	975	–	–	(975)	–
Baixas	–	(204)	–	–	(204)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	48.487	3.243	91.085	5.362	148.177
Amortização:					
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(36.423)	(1.638)	(969)	–	(39.030)
Amortização	(2.733)	(154)	–	–	(2.887)
Baixas	–	–	969	–	969
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(39.156)	(1.792)	–	–	(40.948)
Amortização	(3.617)	(294)	–	–	(3.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(42.773)	(2.086)	–	–	(44.859)
Valor líquido contábil:					
Saldo residual em 31/12/2024	5.655	1.373	91.085	–	98.113
Saldo residual em 31/12/2025	5.714	1.157	91.085	5.362	103.318

				Controladora
	Sistemas de informática	Outros bens e direitos	Sistemas de informática em andamento	Total
Custo:				
Saldo em 01 de janeiro de 2024	27.104	1.666	–	28.770
Adições	1.394	–	–	1.394
Saldo em 31 de dezembro de 2024	28.498	1.666	–	30.164
Adições	2.677	–	1.110	3.787
Reclassificação do Ativo Imobilizado para Ativo Intangível	–	–	5.227	5.227
Transferências	975	–	(975)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	32.150	1.666	5.362	39.178
Amortização:				
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(22.038)	(1.638)	–	(23.676)
Amortização	(2.708)	–	–	(2.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(24.746)	(1.638)	–	(26.384)
Amortização	(3.594)	–	–	(3.594)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(28.340)	(1.638)	–	(29.978)
Valor líquido contábil:				
Saldo residual em 31/12/2024	3.752	28	–	3.780
Saldo residual em 31/12/2025	3.810	28	5.362	9.200

Os ativos intangíveis são demonstrados ao valor de custo deduzidos de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. A amortização desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos intangíveis. **Provisão para impairment:** O *goodwill* é avaliado por *impairment* anualmente ou sempre que sejam identificados indícios de que o ativo está com imparidade. Para 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor recuperável excedeu o valor contábil e nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi necessária. O teste de redução ao valor recuperável foi realizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e os valores do ágio foram alocados por Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), bem como ativos intangíveis com vida útil indefinida. A Companhia determina o valor recuperável de uma UGC com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos utilizam projeções de fluxo de caixa, com base em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período de cinco anos.

continua

D4Sign 72ce67bb-03c8-42d8-a550-b9acd3152756 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Lupo S.A.

A Companhia realizou o teste de imparidade em 31 de dezembro de 2025 considerando o custo médio ponderado de capital (WACC) foi determinado com base nos seguintes percentuais para cada um dos períodos nestas demonstrações financeiras: 11,78% para 2025 e 13,81% para 2024. O fluxo de caixa previsto foi atualizado para refletir as demandas e projeções do negócio. Para a taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa para um período superior a cinco anos mais perpetuidade, é utilizada uma taxa para um cenário de crescimento conservador dos níveis de inflação, que foi estimada para os períodos subsequentes, e esta taxa é de 4,75% a.a. para 2025 e 4,50% a.a. para 2024. O fluxo de caixa previsto também foi atualizado para refletir as demandas e projeções do negócio. A administração da Companhia acredita que esse ritmo de crescimento se justifica com base no planejamento estratégico para os próximos anos e também em projeções de mercado. O lucro operacional foi projetado com base no desempenho passado, premissas macroeconômicas e inflação ajustada pelo crescimento esperado das vendas e pelo desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas usadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. **Sensibilização das premissas relevantes do cálculo:** O cálculo do valor em uso para a Companhia é mais sensível às seguintes premissas: **Taxas de desconto:** As taxas de desconto representam a avaliação atual de mercado dos riscos específicos de cada UGC, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos individuais dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado nas circunstâncias específicas da Companhia e suas atividades operacionais e é derivado do seu custo médio ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio líquido. O custo do capital próprio é derivado do retorno esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo da dívida é baseado nos empréstimos e financiamentos que a Companhia é obrigado a pagar. O risco específico do segmento é incorporado pela aplicação de fatores beta individuais. **Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de cinco anos:** As taxas de crescimento usadas além do período de cinco anos são baseadas em uma taxa que sustenta o crescimento pelo menos nos níveis estimados para os períodos subsequentes e essa taxa é de 4,75% para 2025 (4,50% para 2024). Um eventual cenário em que a Companhia mostra um crescimento constante abaixo dos níveis de inflação não resultaria necessariamente em uma perda por redução ao valor recuperável para as unidades geradoras de caixa da Companhia. Quando aplicável, os ativos intangíveis são avaliados pelo valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os honorários profissionais são registrados como parte dos custos em curso e, no caso de ativos qualificáveis, os custos com empréstimos capitalizados também são registrados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. A amortização desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido e é calculada na mesma base dos demais ativos intangíveis. **18. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:** A Companhia aluga veículos e imóveis. Esses arrendamentos duram normalmente 4 anos, com a opção de renovar o arrendamento após esse período. Os pagamentos do arrendamento são ajustados anualmente para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos preveem pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados nas mudanças no índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Companhia está impedida de celebrar quaisquer contratos de subarrendamento. As informações sobre os arrendamentos dos quais a Companhia e suas controladas são as arrendatárias são apresentadas a seguir: **c. Ativo de direito de uso:** Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo esperado de uso dos ativos. ***(I) Composição da movimentação:***

								Consolidado
	31 de dezembro de 2025	Adição	Baixas	Remensuração	31 de dezembro de 2024	Adição	Remensuração	01 de janeiro de 2024
Custo:								
Imóveis	164.068	5.508	(22)	2	158.580	8.150	355	150.075
Veículos	1.226	191	–	–	1.035	–	65	970
	165.294	5.699	(22)	2	159.615	8.150	420	151.045
Depreciação:								
Imóveis	(96.017)	(25.419)	–	–	(70.598)	(23.120)	–	(47.478)
Veículos	(976)	(335)	–	–	(641)	(358)	–	(283)
	(96.993)	(25.754)	–	–	(71.239)	(23.478)	–	(47.761)
Saldo Líquido								
Imóveis	68.051				87.982			102.597
Veículos	250				394			687
	68.301				**88.376**			**103.284**

							Controladora
	31 de dezembro de 2025	Adição	Remensuração	31 de dezembro de 2024	Adição	Remensuração	01 de janeiro de 2024
Custo:							
Imóveis	88.970	1.204	2	87.764	2.408	355	85.001
Veículos	1.226	191	–	1.035	–	65	970
	90.196	1.395	2	88.799	2.408	420	85.971
Depreciação:							
Imóveis	(74.968)	(17.113)	–	(57.855)	(15.824)	–	(42.031)
Veículos	(976)	(335)	–	(641)	(358)	–	(283)
	(75.944)	(17.448)	–	(58.496)	(16.182)	–	(42.314)
Saldo Líquido							
Imóveis	14.002			29.909			42.970
Veículos	250			394			687
	14.252			**30.303**			**43.657**

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Em 2025 e 2024 não houve alterações em contratos de arrendamentos vigentes. **d. Passivo de arrendamento:** Para os contratos abrangidos pela norma, o valor dos pagamentos futuros de rendas fixas, descontados a uma taxa nominal de endividamento incremental, foi considerado um componente do passivo de locação. A taxa nominal de endividamento incremental (desconto) utilizada para o cálculo do valor presente dos contratos baseou-se nas cotações efetuadas junto de instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes as dos contratos de arrendamento. A taxa média obtida no consolidado é de 5,34% a.a. em 2025 (4,28% a.a. em 2024) e na controladora de 5,16% a.a. em 2025 (3,99% a.a. em 2024). A Companhia não possui direito potencial de PIS/Pasep e COFINS recuperável embutido na contraprestação do arrendamento, uma vez que nossas operações estão incluídas no regime cumulativo. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e remensuração de seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso, a Companhia utilizou o método de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, de acordo com a vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16. Essa proibição pode gerar distorções significativas nas informações a serem prestadas em virtude da atual realidade das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras. ***(i) Composição da movimentação:***

								Consolidado
	31 de dezembro de 2025	Adições de principal	Baixas de principal	Pagamento de principal	Juros apropriados	Baixas de juros	Remensuração	31 de dezembro de 2024
Imóveis	74.407	5.508	(136)	(25.419)	6.243	(7.509)	2	95.718
Veículos	1.278	191	–	(335)	13	(14)	–	1.423
	75.685	**5.699**	**(136)**	**(25.754)**	**6.256**	**(7.523)**	**2**	**97.141**
Total apresentado no passivo circulante	24.402							26.721
Total apresentado no passivo não circulante	51.283							70.420
	31 de dezembro de 2024	**Adições de principal**	**Baixas de principal**	**Pagamento de principal**	**Juros apropriados**	**Baixas de juros**	**Remensuração**	**01 de janeiro de 2024**
Imóveis	95.718	8.150	–	(23.122)	8.109	(8.072)	355	110.298
Veículos	1.423	–	–	(358)	27	(19)	65	1.708
	97.141	**8.150**	**–**	**(23.480)**	**8.136**	**(8.091)**	**420**	**112.006**
Total apresentado no passivo circulante	26.721							22.714
Total apresentado no passivo não circulante	70.420							89.292

							Controladora
	31 de dezembro de 2025	Adições de principal	Pagamento de principal	Juros apropriados	Baixas de juros	Remensuração	31 de dezembro de 2024
Imóveis	16.117	1.204	(17.113)	2.259	(4.996)	2	34.761
Veículos	1.278	191	(335)	13	(14)	–	1.423
	17.395	**1.395**	**(17.448)**	**2.272**	**(5.010)**	**2**	**36.184**
Total apresentado no passivo circulante	16.711						20.010
Total apresentado no passivo não circulante	684						16.174
	31 de dezembro de 2024	**Adições de principal**	**Pagamento de principal**	**Juros apropriados**	**Baixas de juros**	**Remensuração**	**01 de janeiro de 2024**
Imóveis	34.761	2.408	(15.826)	4.053	(5.465)	355	49.236
Veículos	1.423	–	(358)	27	(19)	65	1.708
	36.184	**2.408**	**(16.184)**	**4.080**	**(5.484)**	**420**	**50.944**
Total apresentado no passivo circulante	20.010						17.333
Total apresentado no passivo não circulante	16.174						33.611

(ii) Estimativa de liquidação:

			Consolidado
	Passivo de arrendamento	Juros	Valor presente dos passivos de arrendamento
2026	28.627	(4.222)	24.405
2027	11.765	(3.118)	8.647
2028	11.397	(2.545)	8.852
2029	10.909	(1.949)	8.960
2030	10.214	(1.350)	8.864
2031	10.175	(726)	9.449
2032	6.260	(162)	6.098
2033	410	–	410
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**89.757**	**(14.072)**	**75.685**

			Controladora
	Passivo de arrendamento	Juros	Valor presente dos passivos de arrendamento
2026	17.306	(593)	16.713
2027	520	(14)	506
2028	178	(2)	176
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**18.004**	**(609)**	**17.395**

19. Fornecedores:

	Nota	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Fornecedores mercado interno		68.755	65.341	27.428	25.871
Fornecedores mercado externo		2.954	861	527	828
Fornecedores - Partes Relacionadas	23	105	116	2.196	19.266
		71.814	**66.318**	**30.151**	**45.965**

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 25. **20. Empréstimos e financiamentos:** Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 25.

Termos e cronograma de amortização da dívida: Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

					Consolidado e Controladora	
Finalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Taxa de juros nominal**	**Mês/Ano de vencimento**	**2025 Valor contábil**	**2024 Valor contábil**
Capital de giro	US$	Pós-fixado	65% x CDI a.a.	dez/25	–	10.521
Capital de giro	US$	Pós-fixado	70% x CDI a.a.	mar/29	51.239	55.889
Total de passivos com incidência de juros					**51.239**	**66.410**
Circulante					3.368	12.537
Não circulante					47.871	53.873

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos nos seguintes anos:

	Consolidado e Controladora	
	2025	2024
Ano de vencimento:		
2027	15.957	17.958
2028	15.957	17.958
2029	15.957	17.958
	47.871	**53.873**

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

						Consolidado/Controladora
	2024	Juros provisionados	Juros pagos	Variação cambial	Baixa de principal	2025
Capital de giro	66.410	6.338	(4.863)	(5.569)	(11.077)	51.239

						Consolidado/Controladora
	2023	Juros provisionados	Juros pagos	Variação cambial	Baixa de principal	2024
Capital de giro	63.069	5.197	(4.895)	15.361	(12.322)	66.410

A Companhia e suas controladas estão sujeitas e vêm cumprindo determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de financiamentos e empréstimos, sendo as mais significativas as apresentadas a seguir: • cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência do contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado; • manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência do contrato; • não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do contrato; • manter em dia o pagamento de todas as obrigações de naturezas tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive as contribuições devidas ao COFINS, FGTS, PIS/PASEP; • enviar periodicamente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES balanços, balancetes e informações sobre a Companhia e suas controladas; e • cumprir a legislação referente ao transporte de bens importados financiados com recursos próprios. **21. Salários e férias a pagar:**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Salários e Ordenados a Pagar	9.460	8.088	5.942	5.020
Provisão PPR	4.035	4.200	3.987	4.170
Provisão de férias	23.995	20.514	14.569	12.852
	37.490	**32.802**	**24.498**	**22.042**

22. Impostos e contribuições a recolher:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
ICMS	935	1.776	–	581
Previdência social a recolher	10.549	8.787	6.258	5.541
FGTS a recolher	3.328	3.450	1.916	2.434
COFINS a recolher	196	730	–	181
IRRF a recolher	1.341	10.625	1.103	10.366
PIS a recolher	43	135	–	31
ISS a recolher	48	31	27	5
Parcelamentos - PIS/COFINS	310	528	–	–
Outros	802	554	513	524
	17.552	**26.616**	**9.817**	**19.663**
Passivo circulante	17.414	26.338	9.817	19.663
Passivo não circulante	138	278	–	–

23. Partes relacionadas:

					Consolidado
		2025		2024	
	Nota	Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
Ativo circulante					
Venda de produtos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	111	–	14	1.274
Diversos	(iv)	12.999	125.787	7.046	111.000
Total do ativo	**10**	**13.110**	**125.787**	**7.060**	**112.274**
Passivo circulante					
Serviços Hotelaria/Diversos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	(105)	(970)	(116)	(865)
Daniela Lupo Stella	(v)	–	(84)	–	(28)
YToara - Engenharia e Comércio Ltda.	(vi)	–	(496)	–	(1.412)
	19	(105)	(1.550)	(116)	(2.305)
Conselheiros de administração/Diretoria	(vii)	(441)	(4.647)	(414)	(4.027)
Arrendamentos a pagar					
Lupo Adm. e Participações Ltda.	(iii)	(41.495)	(6.544)	(60.965)	(18.938)
		(42.041)	**(12.741)**	**(61.495)**	**(25.270)**
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas		(70.888)	–	(51.000)	–
Total do passivo		**(112.929)**	**(12.741)**	**(112.495)**	**(25.270)**

					Controladora
		2025		2024	
		Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
Ativo circulante					
Venda de produtos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	82	–	9	1.274
Lupo Nordeste Ltda.	(ii)	25.209	169.186	40.171	180.530
Scalina Ltda.	(ii)	2.404	7.023	2.200	10.093
Lupo Lojas Ltda.	(ii)	14.270	19.171	11.387	11.264
Lupo Têxtil, Unipessoal LDA		412	255	165	–
Leporis S.A.		979	664		
Diversos	(iv)	8.414	94.966	5.734	87.791
		51.770	**291.265**	**59.666**	**290.952**
Aluguéis a receber					
Scalina Ltda.		2	22	2	29
	10	**51.772**	**291.287**	**59.668**	**290.980**
Crédito coligadas					
Lupo Têxtil, Unipessoal LDA		970	–	929	–
Scalina Ltda.		5.260	–	8.727	–
Leporis S.A.		3.311	–	–	–
		9.541	**–**	**9.656**	**–**
Total do ativo		**61.313**	**291.287**	**69.324**	**290.980**
Passivo circulante					
Serviços Hotelaria/Diversos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	(14)	(778)	(17)	(865)
Lupo Nordeste Ltda.	(ii)	(1.976)	(62.931)	(12.735)	(133.492)
Scalina Ltda.	(ii)	(206)	(70.293)	(6.514)	(85.743)
Daniela Lupo Stella	(v)	–	(84)	–	(28)
YToara - Engenharia e Comercio Ltda.	(vi)	–	(496)	–	(1.412)
	19	(2.196)	(134.582)	(19.266)	(221.540)
Conselheiros de administração/Diretoria	(vii)	(441)	(4.647)	(414)	(4.027)
Arrendamentos a pagar					
Lupo Adm. e Participações Ltda.	(iii)	(20.498)	(10.689)	(34.684)	(20.683)
		(23.135)	**(149.918)**	**(54.364)**	**(246.250)**
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas		(70.888)	–	(51.000)	–
Total do passivo		**(94.023)**	**(149.918)**	**(105.364)**	**(246.250)**

(i) Comercial Lupo S.A.: Os saldos a receber da Comercial Lupo S.A., empresa coligada da Lupo S.A., referem-se, à venda de produtos para as lojas da Comercial Lupo S.A., e os saldos a pagar para a Comercial Lupo S.A., referem-se a aluguéis e serviços de hotelaria. **(ii) Scalina Ltda., Lupo Nordeste Ltda. e Lupo Lojas Ltda.:** Referem-se basicamente aos serviços prestados/contratados e à venda/compra de produtos. **(iii) Lupo Administração e Participações Ltda.:** O contas a pagar com a Lupo Administração e Participações Ltda. refere-se aos aluguéis dos prédios nos quais a Lupo S.A. e a Lupo Nordeste Ltda., mantêm suas operações industriais. **(iv) Acionistas, familiares e contratados da Companhia:** O saldo a receber de diversos refere-se à venda de produtos, como meias, cuecas, *lingeries*, entre outros, para as lojas franqueadas de propriedade dos acionistas e familiares de acionistas, que representam, 158 lojas, e para contratados da Companhia, que representam 20 lojas. Essas transações respeitam todas as regras e condições comerciais de franquias, incluindo a de concentração, na qual é definido que o máximo de lojas por franqueado não pode ultrapassar 5% em quantidade de lojas ou valor de faturamento em reais, o que ocorrer primeiro. A participação do grupo familiar pode alcançar, no máximo 28% do faturamento da rede de franquias do Grupo Lupo, reservando-se 2% para novos entrantes, totalizando 30%. Adicionalmente, na data-base, não há inadimplência ou saldos vencidos com as referidas partes relacionadas. **(v) Daniela Lupo Stella:** Prestação de serviço de assessoria da gestão do Espaço Lupo. **(vi) Ytoara - Engenharia e Comércio Ltda.:** A empresa na qual o acionista Alisson Oliveira Gadelha é funcionário, realiza serviços de manutenção civil. **(vii) Conselheiros de administração/Diretoria:** Remuneração aprovada em Assembleia, dos acionistas: i) Carlos Dinucci, Elvio Lupo Júnior e Ricardo Lupo, que integram o Conselho de administração; ii) Liliana Aufiero que é membro do conselho de administração e diretora-presidente, no entanto, não recebe remuneração para atividade exercida como membro do conselho de administração. Adicionalmente existem transações referente a: i) contratação de seguros, que são intermediadas pela corretora Building Corretora de Seguros Ltda., administrada pelo acionista Aldo Lupo Medina; ii) retirada de parte dos resíduos de produção, sem valor comercial, pela Wolf Reciclagens Ltda-EPP, de propriedade do acionista Alessandro Oliveira Gadelha. ***Remuneração do pessoal-chave da administração:*** O pessoal-chave da administração inclui os diretores e os conselheiros administrativos que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários e participação nos lucros, a qual é distribuída de forma indistinta a todos os funcionários, assistência médica, entre outros), os montantes apresentados abaixo:

	2025	2024
Salários e honorários	13.201	10.077
Gratificação	372	–
Participação nos lucros	14	12
Benefícios	52	44
	13.639	10.133

continua

D4Sign 72ce67bb-03c8-42d8-a550-b9acd3152756 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Lupo S.A.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

24. Provisão para contingências: A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões tributárias e trabalhistas, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como apresentado a seguir:

	Consolidado			Controladora	
	Tributária	Cíveis e trabalhistas	Total	Tributária	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	12.744	1.403	14.147	7.656	7.656
(Reversões) complemento	2.022	2.335	4.357	5.195	5.195
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.766	3.738	18.504	12.851	12.851
(Reversões) complemento	(12.851)	(1.335)	(14.186)	(12.851)	(12.851)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.915	2.403	4.318	–	–

Provisão tributária: As provisões tributárias referem-se basicamente a autuação fiscal para a cobrança de "adicional de GILRAT (Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho) para financiamento da aposentadoria especial 25 anos - empresas em geral", referente ao exercício de 2018. Em março de 2025, após análise e entendimento dos advogados, ocorreu a alteração da classificação de provável de perda para possível de perda, ocasionando a reversão da provisão em sua totalidade, motivo da variação no saldo. **Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha em andamento processos de ordem tributária, cível e trabalhista cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado na controladora de R$ 63.264 (R$ 45.377 em 2024) e no consolidado de R$ 66.889 (R$ 47.002 em 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Segue a composição das contingências segundo a sua natureza:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Contingências possíveis:				
Cíveis	3.790	4.624	3.720	3.463
Trabalhistas	4.729	4.165	4.717	4.095
Tributárias:				
Créditos de ICMS sobre uso e consumo (a)	14.610	12.940	14.610	12.940
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (b)	18.611	16.713	18.611	16.713
Auto infração previdenciário (c)	21.606	8.166	21.606	8.166
Outras	3.543	394	–	–
	66.889	47.002	63.264	45.377

(a) **Auto de Infração nº 005.050.480-0 - Créditos de ICMS sobre uso e consumo:** Trata-se, originariamente, de Auto de Infração e Imposição de Multa, em razão de suposto cometimento de infrações relativas à apropriação de créditos de ICMS. Em 04/09/2024 apresentamos impugnação demonstrando que a apropriação de créditos não teve por objeto bens para uso e consumo próprio do estabelecimento, mas sim produtos intermediários diretamente empregados no processo produtivo - inclusive itens que entram em contato direto com a mercadoria final -, razão pela qual o creditamento seguiu os estritos ditames legais. Em 14/02/2025, foi proferida decisão de primeira instância mantendo a autuação e imposição de multa, bem como reconhecendo a quitação parcial do débito. Em 14/03/2025 foi interposto Recurso Ordinário, admitido em 30/04/2025. As contrarrazões fazendárias foram apresentadas em 18/06/2025. O processo aguarda julgamento. (b) **Saldo Negativo de IRPJ/CSLL 2019 - Momento da Tributação dos créditos reconhecidos na ação nº 0011076-52.2012.403.6120:** Em 2019 foi ajuizado o Mandado de Segurança nº 5003632-33.2019.4.03.6120, no qual foi proferida sentença reconhecendo que a tributação dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança nº 0011076-52.2012.4.03.6120 deve ocorrer apenas no momento da transmissão dos PER/DCOMPs. Em 07/11/2025 foi proferido acórdão pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região negando provimento à apelação fazendária e confirmando a sentença. Aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional. (c) **Auto de Infração Previdenciário - Processo nº 15746.720885/2022-34:** Trata-se de cobrança de contribuição adicional do RAT para financiamento da aposentadoria especial e divergências/insuficiência de recolhimento da CPRB, ambas referentes ao exercício de 2018. Em 20/10/2022 foi certificada a alocação dos pagamentos realizados a título de divergência de contribuição da empresa - informação indevida de ajuste de CPRB em GFIP. Em 29/12/2025, a impugnação foi julgada parcialmente procedente, mantendo-se em parte o crédito tributário lançado (CPRB reduziu de R$ 2.781.724,77 para R$ 2.494.369,11 e RAT reduziu de R$ 5.195.940,76 para R$ 3.269.955,11). Em 04/02/2026, interpusemos Recurso Voluntário direcionado ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para questionar o valor remanescente. Segue a composição dos depósitos judiciais que estão sendo efetuados pela Companhia e suas controladas:

	Consolidado			Controladora		
Descrição	2024	(Reversão)/ Complemento	2025	2024	(Reversão)/ Complemento	2025
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	3.609	(2.270)	1.339	649	(219)	430
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	3.840	1.312	5.152	71	6	77
	7.449	(958)	6.491	720	(213)	507
Descrição	**2023**	**(Reversão)/ Complemento**	**2024**	**2023**	**(Reversão)/ Complemento**	**2024**
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	3.306	303	3.609	303	346	649
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	2.486	1.354	3.840	71	–	71
	5.792	1.657	7.449	374	346	720

25. Instrumentos financeiros: a. Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

							Consolidado
			Valor contábil				Valor justo
2025	Valor justo através do resultado (Negociação)	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	–	316.071	–	316.071	–	–	–
Contas a receber e Outras contas a receber	–	391.034	–	391.034	–	–	–
Passivos							
Fornecedores	–	–	(71.814)	(71.814)	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	(51.239)	–	–	(51.239)	–	(51.239)	(51.239)
Passivos de arrendamentos	–	–	(75.685)	(75.685)	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	(70.888)	–	(70.888)	–	–	–
Outras contas a pagar	–	–	(24.165)	(24.165)	–	–	–
			Valor contábil				Valor justo
2024	Valor justo através do resultado (Negociação)	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	–	306.611	–	306.611	–	–	–
Contas a receber e Outras contas a receber	–	388.518	–	388.518	–	–	–
Passivos							
Fornecedores	–	–	(66.318)	(66.318)	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	(66.410)	–	–	(66.410)	–	(66.410)	(66.410)
Passivos de arrendamentos	–	–	(97.141)	(97.141)	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	(51.000)	–	(51.000)	–	–	–
Outras contas a pagar	–	–	(17.650)	(17.650)	–	–	–

							Controladora
			Valor contábil				Valor justo
2025	Valor justo através do resultado (Negociação)	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	–	243.526	–	243.526	–	–	–
Contas a receber e Outras contas a receber	–	279.429	–	279.429	–	–	–
Passivos							
Fornecedores	–	–	(30.151)	(30.151)	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	(51.239)	–	–	(51.239)	–	(51.239)	(51.239)
Passivos de arrendamentos			(17.395)	(17.395)	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	(70.888)	–	(70.888)	–	–	–
Outras contas a pagar	–	–	(22.213)	(22.213)	–	–	–
			Valor contábil				Valor justo
2024	Valor justo através do resultado (Negociação)	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	–	263.875	–	263.875	–	–	–
Contas a receber e Outras contas a receber	–	282.234	–	282.234	–	–	–
Passivos							
Fornecedores	–	–	(45.965)	(45.965)	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	(66.410)	–	–	(66.410)	–	(66.410)	(66.410)
Passivos de arrendamentos	–	–	(36.184)	(36.184)		–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	(51.000)	–	(51.000)			
Outras contas a pagar	–	–	(3.938)	(3.938)	–	–	–

b. Determinação do valor justo: O valor justo é o valor pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e dispostas em uma transação em condições normais de mercado. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações nas métricas utilizadas para mensurar um valor por um valor confiável. A Companhia mantém apenas o saldo de R$ 51.239 em 2025 (R$ 66.410 em 2024) classificado como instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado. Na classificação da hierarquia, este instrumento é de nível 2. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não efetuaram transferências entre níveis hierárquicos. Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos foram determinados para fins de mensuração e/ou divulgação com base nos métodos a seguir. O valor contábil dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é uma aproximação razoável de seu valor justo. ***Caixa e equivalentes de caixa:*** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. ***Contas a receber de clientes e outros créditos:*** O valor justo de contas a receber de clientes e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Este valor justo é determinado para fins de divulgação. ***Passivos financeiros não derivativos:*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **c. Gerenciamento de riscos financeiros:** ***Visão geral:*** No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado - taxa de juros, taxa de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria Executiva determina as estratégias a serem adotadas em cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e estrangeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia e suas controladas por meio de relatórios internos de risco que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria Executiva reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discussão de riscos e exposições. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos acima mencionados, seus objetivos, políticas e processos de mensuração, gestão de risco, e sua gestão de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras consolidadas e da controladora. ***Estrutura do gerenciamento de risco:*** A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. Os gestores de cada departamento reportam-se regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. ***Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. ***Contas a receber de clientes e outros créditos:*** A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento no mercado que o cliente opera. A Companhia e suas controladas limitam a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento parcelado de oito meses para clientes. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia e suas controladas serem oferecidos. A análise da Companhia e suas controladas inclui avaliações externas quando disponíveis e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da Diretoria; esses limites são revisados anualmente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia e suas controladas somente poderão operar em base de pagamentos antecipados. No monitoramento do risco de crédito com clientes os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo pessoa jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores. Contas a receber de clientes e outros créditos são relacionadas principalmente aos clientes de varejo, atacado e franquias da Companhia. Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela Diretoria, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados. A Companhia e suas controladas não exigem garantias com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante julgado suficientes para cobrir prováveis perdas na realização, e o critério definido pela Administração é, substancialmente, provisionar todo o saldo de contas a receber vencido há mais de 365 dias. A companhia baixou créditos no consolidado e na controladora, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. A provisão estimada para perdas de liquidação duvidosa é de R$ 13.445 em 2025 (R$ 5.263 em 2024) no consolidado, e R$ 6.165 (R$ 2.523 em 2024) na controladora, os demais saldos vencidos estão representados substancialmente por grandes organizações e franquias que não possuem histórico de inadimplência, e os respectivos saldos estão sendo realizados durante o exercício atual. Uma análise da qualidade de crédito do saldo de contas a receber de clientes que não estavam vencidas nem reduzidas ao valor recuperável e o vencimento das contas a receber de clientes vencidas reduzidas ao valor recuperável está apresentada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber - a vencer	319.450	310.025	220.759	226.827
Contas a receber - vencidos				
De 0 a 30 dias	18.879	20.753	10.770	11.419
De 31 a 60 dias	11.312	20.495	7.976	16.650
De 61 a 90 dias	3.886	8.124	2.636	1.537
De 91 a 180 dias	5.978	14.077	4.445	7.732
Acima de 181 dias	14.738	4.677	10.807	2.045
	374.243	378.151	257.393	266.210

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que haja sempre liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A Administração julga que a Companhia e suas controladas não têm risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez. A seguir estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

					Consolidado
2025	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 10 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	71.814	71.814	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	51.239	–	3.368	–	47.871
Passivo de arrendamentos	75.685	14.314	14.314	11.765	49.365
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	70.888	27.750	13.850	17.502	19.842
Outras contas a pagar	24.165	21.830	–	2.335	–
2024	**Valor contábil**	**6 meses ou menos**	**7 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**3 - 10 anos**
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	66.318	66.318	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	66.410	–	12.537	–	53.873
Passivo de arrendamentos	97.141	15.127	15.127	30.107	77.402
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	51.000	51.000	–	–	–
Outras contas a pagar	17.650	5.438	–	12.212	–

					Controladora
2025	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	30.151	30.151	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	51.239	–	3.368	–	47.871
Passivo de arrendamentos	17.395	8.653	8.653	520	178
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	70.888	27.750	13.850	17.502	19.842
Outras contas a pagar	22.213	19.963	–	2.250	–
2024	**Valor contábil**	**6 meses ou menos**	**7 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**3 - 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	45.965	45.965	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	66.410	–	12.537	–	53.873
Passivo de arrendamentos	36.184	10.470	10.470	20.794	15.435
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	51.000	51.000	–	–	–
Outras contas a pagar	3.938	3.938	–	–	–

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente. ***Risco de mercado:*** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Companhia e suas controladas mantêm constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos seus resultados. Adicionalmente, também são analisados outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra estes. ***Risco cambial:*** Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira e que não estejam designados para *hedge accounting*.

		Consolidado - 2025		Controladora - 2025	
			Impactos no resultado		Impactos no resultado
Instrumento Financeiro	Fator de Risco	US$ mil	Cenário provável - 2% R$ mil	US$ mil	Cenário provável - 2% R$ mil
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R$/US$	2.446	(200)	2.005	(164)
Fornecedores	Queda na taxa de câmbio R$/US$	(537)	44	(96)	8

A exposição cambial, refere-se basicamente a curva de risco cambial projetada do dólar, o impacto no resultado foi calculado com uma variação de 2%, com base na Estrutura Temporal das Taxas de Juros (ETTJ) e cupom cambial (DDI) na B3. ***Risco de taxa juros:*** A Companhia, possui seus empréstimos contratados indexados a taxas pós-fixadas, em moeda estrangeira, a Companhia entende que as flutuações das taxas de juros são mitigadas parcialmente por meio de hedge natural, decorrente das aplicações:

		Consolidado - 2025		Controladora - 2025	
			Impactos no resultado		Impactos no resultado
Instrumento Financeiro	Fator de Risco	R$ mil	Cenário provável - 18% R$ mil	R$ mil	Cenário provável - 18% R$ mil
Aplicações financeiras	Queda na taxa de juros	272.319	(6.808)	201.058	(5.026)
Empréstimos e financiamentos	Queda na taxa de juros	(51.239)	1.281	(51.239)	1.281
	Posição Líquida	221.080	(5.527)	149.819	(3.745)

Com base nas movimentações do mercado financeiro brasileiro, a Companhia entende que haverá um ciclo de ajustes na taxa SELIC, com perspectiva de queda gradual, fechando 2026, em torno de 12,5%. A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria impacto significativo nos resultados da Companhia. ***Gestão de capital:*** A política da Companhia e suas controladas é resguardar uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital empregado médio *Economic Value Added (EVA)*. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para os acionistas. A Companhia e suas controladas procuram manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos, buscando vantagens e segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo da Companhia e suas controladas era obter uma boa rentabilidade nos períodos.

continua

D4Sign 72ce67bb-03c8-42d8-a550-b9acd3152756 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Lupo S.A.

A dívida da Companhia e suas controladas para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Total do passivo	396.092	413.423	269.574	294.409
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(316.071)	(306.611)	(243.526)	(263.875)
Dívida líquida (A)	80.021	106.812	26.048	30.534
Total do patrimônio líquido (B)	1.386.244	1.284.668	1.386.244	1.284.668
Relação da dívida líquida sobre o capital ajustado (A/B)	5,8%	8,3%	1,9%	2,4%

A Companhia não alterou sua abordagem à administração de capital durante o exercício.

26. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social integralizado da Companhia é de R$ 1.157.453 em 31 de dezembro de 2025 e R$ 1.035.544 em 31 de dezembro de 2024, e está representado por 197.593.686 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Em 28 de maio de 2025, houve aumento de capital através de reversão de reserva legal e reserva de investimentos, no montante de R$ 40.995, conforme ata de reunião do conselho de administração. Em 19 de dezembro de 2025, houve outro aumento de capital através da reversão da reserva de lucros, no montante de R$ 80.914. **Lucro por ação:** O resultado básico e diluído por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas pela quantidade de ações ordinárias emitidas, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía instrumentos com efeitos diluidores.

	Consolidado e Controladora	
	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	176.516	173.362
Quantidade de ações ordinárias - milhares	197.594	197.594
Lucro básico e diluído por ação - R$	0,89	0,88

Dividendos e remuneração sobre o capital próprio: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar serão destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	176.516	173.362
(+) Ajuste de avaliação patrimonial	488	634
(–) Reserva legal (5%)	(8.850)	(8.700)
(=) Base de cálculo	168.154	165.296
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	42.039	41.324
Composição dos juros sobre o capital próprio:		
Juros sobre o capital próprio bruto	43.000	60.000
Efeito do imposto de renda retido (15%)	(6.450)	(9.000)
Juros sobre o capital próprio líquido total	36.550	51.000
Atribuição dos juros sobre o capital próprio líquido total e dividendos:		
Juros sobre o capital próprio líquido, atribuído como dividendos mínimos obrigatórios	36.550	41.324
Juros sobre o capital próprio líquido, atribuído como dividendos adicionais	–	9.676
Dividendos mínimos obrigatórios	5.489	–
Dividendos adicionais	36.905	–
Ajuste a valor presente	(8.056)	–
	70.888	51.000
Circulante	41.600	51.000
Não circulante	29.288	–

Reserva de lucros: ***Reserva legal:*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. ***Reserva para investimentos:*** Trata-se de reserva estatutária calculada com base no saldo remanescente dos lucros apurados no exercício após as destinações para reserva legal e dividendos, sendo destinada à aplicação em investimentos futuros, que visa financiar parte do orçamento de capital, preparado pela Diretoria, compreendendo aquisição de equipamentos e máquinas, desenvolvimento do parque industrial e capital de giro. ***Ajustes de avaliação patrimonial:*** Decorrentes do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem, além de resultado com transações entre acionistas. Na medida em que os bens, objeto da atribuição de novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para Lucros acumulados.

27. Receita operacional líquida:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receitas totais				
Vendas Mercado Interno	1.898.991	1.867.999	1.365.127	1.348.110
Vendas Mercado Externo	19.192	24.150	17.525	22.886
	1.918.183	1.892.149	1.382.652	1.370.996
Menos:				
Impostos sobre vendas	(292.907)	(308.888)	(221.854)	(229.647)
Descontos concedidos	(3.582)	(3.036)	(1.329)	(1.304)
Devoluções e abatimentos	(31.774)	(33.724)	(20.119)	(19.166)
Total da receita operacional líquida	1.589.920	1.546.501	1.139.350	1.120.879

Obrigações de desempenho, políticas de reconhecimento de receita e segmentos operacionais: O grupo reconhece a receita quando transfere o controle do produto para seus clientes. Os principais clientes do Grupo são multimarcas, franquias e lojas de departamento - as vendas são feitas diretamente a eles e o Grupo não opera em regime de consignação. A transferência de controle normalmente ocorre quando as mercadorias encomendadas por uma loja são entregues a ela. A receita é mensurada com base na contraprestação acordada com o cliente no momento da realização do pedido. O Grupo não oferece programa de fidelidade, abatimento ou qualquer outro tipo de acordo que possa resultar em ajustes nos preços determinados no momento da realização do pedido. O Grupo é obrigado apenas a reembolsar ou substituir produtos defeituosos ou danificados; tais custos, porém, não têm sido historicamente significativos. A Companhia e suas controladas possuem apenas um segmento operacional. Para fins gerenciais, a Administração acompanha a receita líquida com o mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Marca		
Lupo	973.910	977.312
TriFil	197.756	236.254
Lupo Sport	371.503	275.705
Outras (i)	27.559	33.080
Receita mercado interno	**1.570.728**	**1.522.351**
Receita mercado externo (ii)	19.192	24.150
Receita líquida total	**1.589.920**	**1.546.501**
Canal		
Multimarcas	922.116	903.632
Franquias	495.414	455.978
Lojas de departamento	117.608	133.697
Private label	11.141	13.523
E-commerce	24.449	15.521
Receita mercado interno	**1.570.728**	**1.522.351**
Receita mercado externo (ii)	19.192	24.150
Receita líquida total	**1.589.920**	**1.546.501**
Receita mercado interno	1.863.635	1.831.239
Receita mercado externo	19.192	24.150
Receita	**1.882.827**	**1.855.389**
Deduções da receita (impostos)	(292.907)	(308.888)
Receita líquida total	**1.589.920**	**1.546.501**

(i) Considera vendas da marca Scala, de matérias-primas como fios, elásticos e acessórios e serviços de industrialização. **(ii)** A receita com o mercado externo não está evidenciada por marca e canal tendo em vista que, em 2025, representa apenas 1,21% (1,55% em 2024) do total consolidado da receita líquida.

28. Custos dos produtos vendidos:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(630.340)	(621.730)	(500.466)	(505.541)
Despesas com pessoal	(389.309)	(352.945)	(242.077)	(234.162)
Depreciação e amortização	(45.139)	(42.368)	(33.563)	(30.437)
Energia elétrica	(28.576)	(30.680)	(14.469)	(15.828)
Outros	(17.547)	(15.362)	(8.603)	(6.463)
	(1.110.911)	(1.063.085)	(799.178)	(792.431)

29. Despesas com vendas:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com fretes e serviços prestados	(65.179)	(65.679)	(37.958)	(39.767)
Comissões sobre as vendas	(66.423)	(63.810)	(40.978)	(39.021)
Despesas com pessoal	(55.546)	(47.152)	(36.495)	(33.713)
Propaganda e publicidade	(24.590)	(24.567)	(22.281)	(22.715)
Direitos autorais	(2.117)	(2.064)	(1.762)	(1.752)
Materiais de consumo	(14.724)	(14.702)	(6.965)	(7.332)
Depreciação e amortização	(4.700)	(3.417)	(1.630)	(1.238)
Outras	(1.982)	(318)	(1.134)	(176)
	(235.261)	(221.709)	(149.203)	(145.714)

30. Despesas administrativas e gerais:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal	(48.440)	(42.695)	(32.009)	(30.369)
Serviços prestados e outros	(26.069)	(20.648)	(21.584)	(16.295)
Despesas com dirigentes	(6.023)	(5.484)	(6.023)	(5.484)
Despesas gerais	(16.900)	(15.333)	(11.010)	(9.507)
Depreciação e amortização	(4.674)	(3.934)	(4.183)	(3.378)
	(102.106)	(88.094)	(74.809)	(65.033)

31. Outras receitas (despesas) operacionais:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas operacionais				
Receitas eventuais	1.368	712	1.368	712
Recuperação de despesas	–	11.586	–	9.272
Reversão para demandas judiciais	15.283	5.505	12.851	916
Venda de ativo fixo	1.600	690	276	673
Receitas de aluguéis	225	208	247	237
Créditos extemporâneos (a)	25.210	–	25.210	–
Outras receitas	6.544	880	5.143	881
Total de outras receitas	50.230	19.581	45.095	12.691
Outras despesas operacionais				
Provisão para demandas judiciais	(1.098)	(8.781)	–	(5.195)
Reversão de créditos fiscais	(9.836)	–	(8.968)	–
Indenizações	(1.693)	(776)	(532)	–
Custo de imobilizado baixado	(8.000)	(1.064)	(7.717)	(802)
Doações incentivadas	–	(851)	–	(533)
Outras despesas operacionais	(3.551)	(4.119)	(1.938)	(3.050)
Total de outras despesas	(24.178)	(15.591)	(19.155)	(9.580)
Outras receitas (despesas) líquidas	26.052	3.990	25.940	3.111

(a) Refere-se a: i) habilitação de crédito de IRPJ-CSLL e PIS-COFINS incidentes sobre juros de mora de obrigações contratuais (juros recebidos de clientes), apurados do período de 08/2016 a 05/2025 deferido em setembro de 2025, através do processo administrativo 13032.554095/2025-18; ii) reconhecimento de créditos de PIS e COFINS, sobre as despesas pagas com direitos autorais e royalties, no período entre 2005 e 2025, os créditos foram reconhecidos, mediante o trânsito em julgado do processo 0010916-95.2010.4.03.6120.

32. Receitas e despesas financeiras:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receita financeira:				
Receita sobre aplicação financeira	33.312	28.013	26.323	26.398
Juros recebidos	9.654	10.363	5.868	6.859
Descontos obtidos	159	1.793	69	1.449
Reversão de provisão	2.123	2.677	1.623	2.278
Ganho de variação cambial	879	2.173	–	1.431
Total das receitas financeiras	46.127	45.019	33.883	38.415
Despesa financeira:				
Despesas de juros sobre passivos	(11.689)	(12.005)	(6.585)	(6.853)
Perda de variação cambial	(4.063)	–	(3.496)	–
Descontos concedidos	(6.923)	(6.278)	(4.378)	(4.164)
Tributos sobre operações financeiras	(2.551)	(2.778)	(1.666)	(1.521)
Outras despesas	(1.553)	(857)	(920)	(493)
Total das despesas financeiras	(26.779)	(21.918)	(17.045)	(13.031)
Financeiras líquidas	19.348	23.101	16.838	25.384

Diretoria

Liliana Aufiero
Diretora-Presidente

Carlos Alberto Mazzeu
Diretor Vice-Presidente e Diretor de RI

João Daniel Buoro
Diretor Financeiro

Conselho da Administração

Carlos Dinucci - Presidente
Altamiro Boscoli
Elvio Lupo Junior
Hugo Alexsandro Vasconcelos Rodrigues
Liliana Aufiero
Ricardo Lupo
André Antunes Soares de Camargo

Contadora

Lisiane Uesono
CRC/SP nº 1SP 256905/O-0

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Conta de Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como, nos termos dos artigos 163, inciso III, 169, §1° e 193, §2° da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, no valor de R$ 10.697.630,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e sete mil, seiscentos e trinta reais), sem emissão de novas ações, independentemente de alteração estatutária. Com o aumento, o capital social passará do valor atual de R$ 1.157.453.031,00 (um bilhão, cento e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e trinta e um reais), para R$ 1.168.150.661,00 (um bilhão, cento e sessenta e oito milhões, cento e cinquenta mil e seiscentos e sessenta e um reais). O aumento será realizado mediante a capitalização das seguintes parcelas constantes do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2025: (1) R$ 8.850.258,27 (oito milhões, oitocentos e cinquenta mil, duzentos e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos) com saldo de Reserva Legal; e (2) R$ 1.847.371,73 (um milhão, oitocentos e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e um reais e setenta e três centavos) com parte do saldo de Reserva para Investimentos. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela KPMG Auditores Independentes, os Senhores Conselheiros abaixo assinados, por maioria, opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos e ao Aumento de Capital, informando que se encontram em condições de serem votados e aprovados pelos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

De São Paulo para Araraquara-SP, 19 de março de 2026.

Sérgio Odair Perguer
Conselheiro Presidente
Wagner Mar
Conselheiro
Ricardo Alexandre Contieri
Conselheiro

Parecer do Comitê de Auditoria

Os abaixo-assinados, membros do Comitê de Auditoria da LUPO S.A., tendo examinado os termos do Relatório da Administração, das contas da administradores e das demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e recebidos os necessários esclarecimentos do representante da KPMG Auditores Independentes, Giovani Ricardo Pigatto, emitem parecer favorável, (a) em todos os seus termos e condições, à Proposta da Diretoria, a qual inclui a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (b) a aprovação do orçamento de capital para o exercício social de 2026; (c) a Proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R$ 177.005.164,41, sendo: (1) R$ 8.850.258,27 para a constituição de Reserva Legal, correspondente a 5% do lucro líquido contábil; (2) R$ 80.913.534,00 para aumento de capital social, aumento esse aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2025; e (3) R$ 43.000.000,00 equivalentes a R$ 0,217618289 por ação, cujo valor, após a dedução do imposto de renda na fonte, corresponde a R$ 36.550.000,00, equivalentes a R$ 0,184975546 por ação, a título de juros sobre capital próprio, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995, sendo tais valores imputados ao valor do dividendo obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, cujo pagamento foi aprovado através de deliberação da diretoria da Companhia tomada em Reunião realizada em 19 de dezembro de 2025; e (4) R$ 42.394.000,00, sendo R$ 5.489.000,00, a título de complemento dos dividendos mínimos obrigatórios, e R$ 36.905.000,00 referentes a dividendos adicionais, conforme submetido à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de dezembro de 2025; (c) o aumento do capital social, dentro do limite de capital autorizado, no valor de R$ 10.697.630,00, sem emissão de novas ações, independentemente de alteração estatutária. Aprovado o aumento, o capital Social passará do valor atual de R$ 1.157.453.031,00 para R$ 1.168.150.661,00, mediante a capitalização das seguintes parcelas constantes do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2025: (1) R$ 8.850.258,27, saldo de Reserva Legal; e (2) R$ 1.847.371,73, parte do saldo de Reserva para Investimentos; e (d) à vista das deliberações acima, caso aprovado, pelo Conselho de Administração da Companhia, o aumento do capital social aqui proposto, o "caput" do artigo 5º do Estatuto Social deverá ser alterado em sede de Assembleia Geral para vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 5º - O capital social, totalmente integralizado, é de R$ 1.168.150.661,00 (um bilhão, cento e sessenta e oito milhões, cento e cinquenta mil, seiscentos e sessenta e um reais) dividido em 197.593.686 (cento e noventa e sete milhões, quinhentas e noventa e três mil, seiscentas e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal";

Araraquara-SP; 18 de março de 2026

Altamiro Boscoli
Alcir Antiquera Mazzola
Monclair Marconato

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Aos Acionistas e Diretores da Lupo S.A. - Araraquara - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Lupo S.A. (Companhia), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado e individual em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas e individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada e individual da Lupo S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado e individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados e individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura:** Veja as Notas 5.b, 8.m, 8.p e 17 das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. **Principal assunto de auditoria:** A Companhia e suas controladas possuem em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, valores relevantes de investimentos referente a ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrentes das combinações de negócios das entidades Scalina Ltda. e Pacatuba Têxtil Ltda. (atual Lupo Nordeste Ltda.). Conforme o CPC 01/IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ágio por expectativa de rentabilidade futura deve ser testado anualmente. Consequentemente, a Companhia e suas controladas estimaram o valor recuperável das respectivas unidades geradora de caixa ("UGC"), a qual esses ativos estão alocados, com base no valor em uso. A determinação do valor em uso considera os fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, e envolve o uso de premissas, sendo as principais: (i) período projetivo (5 anos); (ii) perpetuidade; (iii) a taxa de desconto baseada no custo médio ponderado de capital (WAAC); (iv) sensibilização do crescimento da receita líquida de acordo com o ajuste inflacionário. Devido a relevância dos saldos dos ágios por expectativa de rentabilidade futura e o nível de incerteza inerente às premissas significativas, utilizadas na determinação das estimativas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa, que se alteradas podem impactar relevantemente os saldos do ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, consideramos esse tema como um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação dos desenhos dos controles internos chaves relacionados com a determinação dos valores recuperáveis da UGC que contêm ágio por expectativa de rentabilidade futura originado em combinação de negócio; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas: (i) se a estimativa do valor em uso foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas no mercado e em conformidade com o CPC 01/IAS 36; (ii) se as principais premissas consideradas na projeção do fluxo de caixa estão fundamentadas em dados históricos e dados de mercado e são condizentes com orçamento preparado pela Administração da Companhia; (iii) da sensibilização dessas principais premissas; (iv) do recálculo da taxa de desconto com base na metodologia WACC; e (v) se os cálculos matemáticos estão adequados. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais consideram as informações relevantes. Com base, nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitável o saldo dos ágios por expectativa de rentabilidade futura, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações consolidada e individual do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas e individuais tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e individuais e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários

continua

D4Sign 72ce67bb-03c8-42d8-a550-b9acd3152756 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Lupo S.A.

tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 20 de março de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Giovani Ricardo Pigatto
Contador - CRC 1SP263189/O-7

D4Sign 72ce67bb-03c8-42d8-a550-b9acd3152756 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

11 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 25 de March de 2026, 09:11:29

ASSINAR 2 pdf

Código do documento 72ce67bb-03c8-42d8-a550-b9acd3152756

Assinaturas

JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104
Certificado Digital
jornaloimparcialararaquara@gmail.com
Assinou

Eventos do documento

25 Mar 2026, 09:09:09
Documento 72ce67bb-03c8-42d8-a550-b9acd3152756 **criado** por DANIELA SIMOES CORREA DA SILVA FERNANDES (89490022-942a-420d-811e-5e0d3515664e). Email:jornaloimparcialararaquara@gmail.com. - DATE_ATOM: 2026-03-25T09:09:09-03:00

25 Mar 2026, 09:10:52
Assinaturas **iniciadas** por DANIELA SIMOES CORREA DA SILVA FERNANDES (89490022-942a-420d-811e-5e0d3515664e). Email: jornaloimparcialararaquara@gmail.com. - DATE_ATOM: 2026-03-25T09:10:52-03:00

25 Mar 2026, 09:11:19
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104 **Assinou** Email: jornaloimparcialararaquara@gmail.com. IP: 187.34.126.217 (187-34-126-217.dsl.telesp.net.br porta: 52880). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Autoridade Certificadora ALTERNATIVE,CN=JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104. - DATE_ATOM: 2026-03-25T09:11:19-03:00

Hash do documento original
(SHA256):86e2c9dbe4e3dd4e2beb3e20a43a61fc29de9c7a59964672e10f88c0e981ed75
(SHA512):766703213542a8ef043d13a85e25ab317f8de808a94a7487747dd9a48fa13e37054f979d0530b78490c0f2e9e61d8c073c07f2171e5b2127c1a5c252a011fc83

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.